

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

SARAH SILVA DE LIMA

SIONISMO CRISTÃO E A RECONFIGURAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO BRASIL

RECIFE/PE

2026

SARAH SILVA DE LIMA

SIONISMO CRISTÃO E A RECONFIGURAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, como requisito final para avaliação da banca do curso de Mestrado em Ciências da Religião.

Orientador: Gilbraz de Souza Aragão

RECIFE/PE

2026

L732s Lima, Sarah Silva de.
 Sionismo cristão e a reconfiguração sociopolítica
do Brasil / Sarah Silva de Lima, 2026.
 80 f.

 Orientador: Gilbraz de Souza Aragão.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências
da Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2026.

 1. Religião e política. 2. Sionismo Cristão.
3. Frente Parlamentar Evangélica. 4. Leigos (Religião).
5. Teologia do domínio. I. Título.

CDU 2:32

Luciana Vidal - CRB 4/1338

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno (a): Sarah Silva de Lima

Título: Sionismo cristão e a reconfiguração sociopolítica do Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre (a) em Ciências da Religião. A presente dissertação foi defendida e aprovada em 17 de Abril de 2026 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 **GILBRAZ DE SOUZA ARAGAO**
Data: 30/06/2026 19:37:25-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Orientador

Documento assinado digitalmente
 **LUIS CARLOS DE LIMA PACHECO**
Data: 30/06/2026 21:09:02-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Examinador Interno

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIO DE OLIVEIRA RIBEIRO**
Data: 01/07/2026 20:27:08-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Examinador Externo

Recife
2026

DEDICATÓRIA

À Mainha (*in memoriam*), de quem aprendi a fé; e a Painho, que me ensinou que até a fé merece ser questionada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, especialmente meus pais Tereza Cristina (*in memoriam*) e Silvio Rodrigues, pelo apoio e pela coragem compartilhada, que me impulsionou a ocupar espaços historicamente negados a muitos de nós.

Ao meu companheiro de vida, Tales Pedrosa, por compartilhar comigo o sonho de tornar este trabalho possível; e à minha filha, Ayô, que faz nossos dias transbordarem de sentido e felicidade.

Aos meus amigos de todas as fases, Dário Barros, Emerson Eloy, Fernanda Alves, Karen Ferreira, Letícia Vilar e Rhayanne Alves, por caminharem comigo. Sou porque nós somos.

Aos meus sogros, Cristiane Pedrosa e Emerson Pedrosa, pelo acolhimento e pelo carinho com que sempre me receberam como filha.

O percurso acadêmico não seria possível sem as partilhas ao longo do caminho. Agradeço aos amigos que foram um verdadeiro presente da vida acadêmica, em especial a Romélio Júnior e Vera Herculano, pelas trocas e pelo companheirismo nessa trajetória.

Ao meu orientador, Gilbraz Aragão, pela generosidade, paciência e pelos ensinamentos ao longo desta trajetória. Sou profundamente grata por todo o aprendizado compartilhado.

À Universidade Católica de Pernambuco, que fiz de casa desde a graduação, e a todos os professores com quem tive a honra de aprender ao longo dessa caminhada. Desejo que todas as mulheres que escolham também a maternidade encontrem, como eu encontrei na UNICAP, um espaço de acolhimento e incentivo para continuarem seus percursos acadêmicos.

Por fim, ao Deus que se fez carne: o Deus dos pobres e marginalizados, que não fala a língua colonialista, mas dança, chora e caminha com o seu povo. O Deus que não cabe nas linhas do conservadorismo nem na lógica estreita da moralidade. A Ele, minha vida inteira de devoção.

RESUMO

A presente dissertação investiga a complexa interseção entre religião e política no cenário brasileiro contemporâneo, concentrando-se no fenômeno do sionismo cristão dentro do

segmento evangélico e seus efeitos na reconfiguração sociopolítica do país. O ponto de partida da pesquisa reside na observação de que a religião e a política não constituem esferas separadas, mas campos que se entrelaçam continuamente, em que o sagrado é frequentemente mobilizado para legitimar projetos de poder e moldar o campo social. O problema central abordado diz respeito ao processo de transformação do sionismo cristão, que migra de uma crença predominantemente escatológica e profética, para uma instrumentalização político-ideológica intencional, capaz de orientar agendas públicas, alianças governamentais e estratégias diplomáticas. O objetivo primordial do trabalho é examinar as origens teológicas, a trajetória histórica e os desdobramentos contemporâneos desse movimento no Brasil, identificando as redes de influência e os discursos que sustentam sua expansão institucional. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em uma sólida revisão bibliográfica e na análise de uma base documental diversificada. A fundamentação teórica articula-se a partir das Ciências da Religião e da Sociologia da Religião, explorando marcos interpretativos como o dispensacionalismo, o milenarismo e a teologia do domínio. A análise reconstrói a consolidação dessa ideologia no Brasil, desde as missões fundamentalistas estadunidenses até a atuação da bancada evangélica e de lideranças midiáticas. Os achados indicam que a agenda sionista cristã se infiltra em esferas estratégicas como a educação e a cultura, através de produções audiovisuais que naturalizam a narrativa bíblica como fundamento civilizacional. Conclui-se que o sionismo cristão atua como força estruturante de um projeto que visa reconfigurar o espaço público brasileiro sob uma cosmovisão cristã conservadora, tensionando a laicidade estatal e os princípios democráticos ao converter o debate político em guerra espiritual e a oposição em ameaça existencial.

Palavras-chave: Sionismo cristão. Religião e política. Teologia do domínio. Bancada evangélica. Laicidade.

ABSTRACT

This dissertation investigates the complex intersection between religion and politics in the contemporary Brazilian context, focusing on the phenomenon of Christian Zionism within the

evangelical segment and its effects on the sociopolitical reconfiguration of the country. The starting point of this research lies in the observation that religion and politics do not constitute separate spheres, but rather fields that continuously intertwine, in which the sacred is often mobilized to legitimize projects of power and shape the social field. The central problem addressed concerns the transformation of Christian Zionism, which shifts from a predominantly eschatological and prophetic belief to an intentional political-ideological instrument, capable of guiding public agendas, governmental alliances, and diplomatic strategies. The primary objective of this study is to examine the theological origins, historical trajectory, and contemporary developments of this movement in Brazil, identifying the networks of influence and the discourses that sustain its institutional expansion. The methodology adopted consists of a qualitative, exploratory, and descriptive research approach, grounded in a comprehensive bibliographic review and the analysis of a diverse documentary base. The theoretical framework is articulated through the fields of Religious Studies and Sociology of Religion, exploring interpretative frameworks such as dispensationalism, millennialism, and dominion theology. The analysis reconstructs the consolidation of this ideology in Brazil, from fundamentalist American missions to the activities of the evangelical parliamentary caucus and media leaderships. The findings indicate that the Christian Zionist agenda has penetrated strategic spheres such as education and culture through audiovisual productions that naturalize the biblical narrative as a civilizational foundation. It is concluded that Christian Zionism operates as a structuring force of a project that seeks to reconfigure the Brazilian public sphere under a conservative Christian worldview, challenging state secularism and democratic principles by transforming political debate into spiritual warfare and political opposition into an existential threat.

Keywords: Christian Zionism. Religion and Politics. Dominion Theology. Evangelical Parliamentary Caucus. Secularism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
-----------------	---

1 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A CHEGADA DO SIONISMO CRISTÃO AO BRASIL.....	12
1.1 O RELÓGIO DE DEUS: ASPECTOS DO MILENARISMO E DISPENSACIONALISMO	15
1.2 OS CAMINHOS ATÉ O BRASIL	18
1.3 AS CARAVANAS ATÉ ISRAEL.....	23
1.4 A BANCADA EVANGÉLICA	26
2 SIONISMO CRISTÃO: FACES E CONTRADIÇÕES	31
2.1 PAIXÃO MIMÉTICA	32
2.2 SIONISMO CRISTÃO	34
2.3 A TEOLOGIA DO DOMÍNIO	37
2.4 LIDERANÇAS E SUAS ATUAÇÕES EM FAVOR DO SIONISMO CRISTÃO.....	40
2.4.1 Renê Terra Nova e as redes de poder do sionismo	41
2.4.2 Valnice Milhomens e a guerra espiritual	43
2.4.3 Silas Malafaia e a teologia do domínio	45
2.5 JAIR MESSIAS BOLSONARO E SUA ALIANÇA COM O CAMPO EVANGÉLICO	47
3 O SIONISMO CRISTÃO NA AGENDA PÚBLICA BRASILEIRA.....	52
3.1 AÇÕES POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS NO BRASIL.....	53
3.1.1 O caso da embaixada brasileira em Israel.....	55
3.1.2 Brasil e Israel como nações irmãs.....	56
3.1.3 Antissionismo e antissemitismo: uma proposta de equiparação	57
3.1.4 Celebração do dia do perdão	58
3.1.5 Notas de repúdio	60
3.2 GUERRA SIMBÓLICA E CULTURAL	60
3.3.1 Sionismo cristão na educação	66
3.3.2 Cultura e Mídia	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	75

INTRODUÇÃO

Fomos socializados com a ideia que religião e política não se discutem. Essa máxima, repetida como conselho de prudência, ignora a verdade mais profunda: religião e política nunca estiveram realmente separadas. Elas se entrelaçam, atravessam e se distorcem. Em outros momentos, completam-se e se sustentam, moldando juntas o campo social. Dos mais antigos impérios até as mais recentes democracias, o poder sempre buscou no sagrado sua legitimação, e o sagrado, por sua vez, encontrou na política um meio de se materializar. Entre luz e sombra, o fruto dessa relação ambígua revela não apenas as virtudes humanas, mas também pecados profundos.

Analisar a conjuntura brasileira contemporânea é reconhecer a centralidade da religião e de seus desdobramentos nos entrelugares da sociedade. A presença pública da religião, especialmente no contexto evangélico, evidencia um processo de intensa transformação do campo religioso e de suas interfaces com o poder. Nesse sentido, esta pesquisa dedicou-se a examinar o sionismo cristão no meio evangélico brasileiro, compreendendo-o como um fenômeno religioso e político que produz efeitos concretos na esfera pública. Buscou-se identificar suas redes de influência, seus discursos legitimadores e suas implicações para a formulação de agendas morais e políticas no país.

Compreender o sionismo cristão implica reconhecê-lo não apenas como uma expressão teológica presente em segmentos do meio evangélico, mas também como um instrumento político com efeitos concretos na vida pública. Um fenômeno que articula crenças escatológicas, leituras específicas da narrativa bíblica e práticas de engajamento sociopolítico, produzindo impactos que extrapolam o domínio religioso.

Nas últimas duas décadas, o sionismo cristão passou a ganhar destaque nas pesquisas brasileiras, em diversas áreas das ciências humanas. Esse conjunto de estudos tem buscado compreender como determinadas leituras teológicas do cristianismo evangélico se articulam com projetos políticos contemporâneos e com a defesa do Estado de Israel no cenário internacional. Em muitos casos, os estudos concentram-se na dimensão histórica ou sociológica do fenômeno, analisando discursos religiosos, genealogias teológicas ou relações institucionais. É nesse contexto que a presente dissertação se insere. Partindo do campo das Ciências da Religião, dialogando com a sociologia da religião e com os estudos sobre religião e política, esta pesquisa busca ampliar a compreensão do sionismo cristão no Brasil ao examinar não apenas suas origens teológicas e históricas, mas também seus desdobramentos políticos e discursivos na esfera pública contemporânea.

A ideia central que orienta esta análise é a de que o sionismo cristão passou por um processo de transformação significativa: de uma crença predominantemente escatológica, vinculada a leituras proféticas e interpretações específicas do Apocalipse, apoiada na teologia dispensacionalista, para uma instrumentalização político-ideológica. Esse deslocamento foi impulsionado pela atuação de organizações, redes transnacionais, lideranças religiosas e lideranças políticas, que passaram a mobilizar tais crenças como vetores de ações públicas, direcionando agendas, alianças e estratégias de influência pública.

A metodologia adotada nesta pesquisa combina procedimentos de revisão bibliográfica, análise de dados e de casos, articulando diferentes abordagens para a compreensão abrangente do fenômeno investigado. A revisão bibliográfica forneceu o arcabouço teórico necessário para situar o sionismo cristão no campo das Ciências da Religião e das Ciências Sociais; a análise de dados qualitativos e, quando pertinente, quantitativos permitiu identificar padrões de discurso, comportamento e influência no espaço público.

A base documental é composta, além da revisão bibliográfica, por discursos públicos, pregações, pronunciamentos em eventos religiosos e políticos, entrevistas, postagens em redes sociais, textos teológicos e documentos legislativos. No que se refere aos episódios relacionados à atuação parlamentar, são privilegiadas iniciativas que evidenciam a mobilização de argumentos teológicos ou simbólicos vinculados ao sionismo cristão na formulação ou defesa de proposições normativas. O recorte temporal da pesquisa compreende o período de 2018 a 2025, intervalo marcado pela intensificação da presença evangélica na esfera pública e pelo estreitamento das relações entre determinadas lideranças religiosas e o poder executivo federal.

Para a seleção das lideranças analisadas no segundo capítulo desta dissertação, consideram-se como critérios centrais a proximidade pública e institucional com o Estado de Israel, o expressivo alcance midiático, aferido pelo número de seguidores e visualizações em redes sociais, que, individualmente, ultrapassam a marca de um milhão, bem como a recorrência de discursos, campanhas e posicionamentos explicitamente vinculados ao sionismo.

Os casos selecionados seguem o critério da relevância analítica e da repercussão pública, priorizando episódios que evidenciam de modo mais nítido a articulação entre sionismo cristão e projeto político. A intenção não é esgotar o fenômeno, mas oferecer uma interpretação crítica de suas manifestações mais representativas, e de suas implicações para o debate democrático.

A estrutura desta pesquisa foi organizada de modo a responder a três perguntas centrais, cada uma tratada em um capítulo específico, permitindo que os objetivos gerais e específicos fossem adequadamente alcançados. Esse percurso analítico não apenas orienta a construção do argumento, mas também assegura coerência interna ao processo investigativo, articulando progressivamente os fundamentos conceituais, o desenvolvimento histórico do fenômeno e suas implicações na esfera pública.

O primeiro capítulo, intitulado *Um panorama histórico sobre a chegada do sionismo ao Brasil*, tem como objetivo apresentar as origens e o desenvolvimento histórico do movimento no Brasil. A partir de um retorno às raízes do sionismo enquanto ideologia, o capítulo examina a forma como setores evangélicos brasileiros passaram a dialogar e a se engajar com esse movimento ao longo do tempo. Nesse percurso, buscou-se evidenciar as bases teológicas que fundamentam o sionismo cristão, bem como as características socioculturais e institucionais que possibilitaram sua consolidação no contexto nacional. O capítulo, portanto, fornece o arcabouço histórico e conceitual necessário para compreender como essa corrente se enraizou no Brasil, conectando dinâmicas internacionais e especificidades do campo brasileiro.

O segundo capítulo, *Sionismo cristão: Faces e Contradições*, busca à conceituação do sionismo cristão, examinando suas características centrais e os fundamentos que o estruturam. A partir desse enquadramento conceitual, identificamos também as principais lideranças e organizações que atuam como agentes de difusão, legitimação e sustentação do movimento no contexto brasileiro. O capítulo busca esclarecer como essas lideranças, religiosas, midiáticas ou políticas, articulam um conjunto de narrativas escatológicas, interesses e estratégias de mobilização, contribuindo para a consolidação do sionismo cristão como um fenômeno de alcance nacional, com diversos adeptos e com impactos significativos.

Por fim, o terceiro capítulo da dissertação, intitulado *O sionismo cristão na agenda pública brasileira*, dedica-se a problematizar as implicações da presença do sionismo cristão na definição de agendas públicas no Brasil. Neste capítulo, foram analisados casos concretos que envolvem ações políticas e diplomáticas vinculadas a lideranças e organizações sionistas cristãs, evidenciando como tais intervenções produzem efeitos tangíveis no campo institucional. Busca demonstrar de que maneira essas ações impactam a formulação de políticas públicas, o alinhamento diplomático e a condução de iniciativas legislativas, bem como os modos pelos quais repercutem internamente no debate nacional. O capítulo também discutirá os riscos associados à atuação dessas agendas, especialmente no que diz respeito à manutenção do princípio do estado laico oferecendo uma reflexão crítica sobre os potenciais tensionamentos entre convicções religiosas, interesses internacionais e dinâmicas políticas

Para compreensão dos objetivos desta pesquisa, é necessário explicitar o conceito de *evangélicos* e a forma como este grupo é aqui interpretado e representado. Longe de constituir um corpo homogêneo, coeso ou dotado de uma liderança centralizada, o campo evangélico brasileiro caracteriza-se por sua pluralidade interna, expressa na diversidade de denominações, práticas, narrativas teológicas e engajamentos sociais e políticos. Mais do que uma identidade fixa, o termo *evangélico* designa um campo religioso em disputa.

Conforme observa Gonçalves (2020), o termo *evangélico* surgiu historicamente como uma forma de conferir autonomia identitária aos grupos cristãos que se distinguiam do catolicismo, especialmente no contexto da Reforma Protestante. O uso do termo, portanto, esteve associado tanto a uma afirmação teológica, quanto a uma marcação sociocultural de diferenciação em relação ao catolicismo e, posteriormente, a outras tradições religiosas.

Nesta pesquisa, adotamos a definição de *evangélicos* como um conjunto de grupos e denominações que, embora diversos entre si, compartilham princípios teológicos centrais, tais como a centralidade da Bíblia, a experiência de conversão, a ênfase na evangelização e a crença na atuação do Espírito Santo. Trata-se, portanto, de um campo plural, no qual coexistem vertentes históricas, pentecostais e neopentecostais, articuladas por meio de diferentes expressões doutrinárias, práticas devocionais e formas de engajamento público.

Outro termo que merece aqui uma breve conceituação é o de *neopentecostais*. Reconhecendo as discussões presentes na literatura sobre o uso dessa categoria, e ciente dos riscos de generalizações ou de possíveis conotações valorativas, o termo neste trabalho surge a partir das definições propostas por Vital (2023) e Burity (2020). Nessa perspectiva, é compreendido como uma transformação significativa no interior do pentecostalismo, que envolve mudanças que vão desde aspectos teológicos até dimensões litúrgicas, organizacionais e administrativas, além de um fenômeno profundamente relacionado às transformações sociais e políticas contemporâneas. Sua expansão está associada à sua capacidade de adaptação às dinâmicas da modernidade tardia, incorporando linguagens midiáticas, estratégias de gestão institucional e formas ampliadas de presença no espaço público. Mais do que uma simples corrente teológica, o neopentecostalismo constitui, em sua análise, um ator relevante da nova organização do campo religioso brasileiro.

Espera-se, portanto, que esta pesquisa contribua de modo substantivo para o debate acadêmico acerca do papel da religião na sociedade brasileira contemporânea, especialmente no que se refere à influência e à amplitude do movimento evangélico e de suas articulações político-ideológicas. Ao oferecer subsídios analíticos robustos, a investigação pretende auxiliar na compreensão dos desafios e tensionamentos que emergem quando crenças escatológicas e

narrativas teológicas são mobilizadas como estratégias políticas, produzindo impactos diretos sobre a soberania nacional, a laicidade do Estado e a integridade do processo democrático.

1 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A CHEGADA DO SIONISMO CRISTÃO AO BRASIL

No altar que antes abrigava apenas um púlpito, hoje em parte considerável das igrejas evangélicas, encontram-se lado a lado as bandeiras do Brasil e de Israel, como símbolos indissociáveis. Nos movimentos políticos da direita brasileira, como um manto simbólico, a bandeira do Estado de Israel envolve participantes, atuando como marcador de pertencimento e identidade. As orações assumem um tom de clamor pela chamada "Terra Prometida", evocam uma espiritualidade conectada a narrativas políticas. As caravanas para a "Terra Santa" carregam a promessa de transformação pessoal, com forte apelo simbólico. O sionismo Cristão dá o tom a estes movimentos, mobiliza afetos e atrai fiéis dispostos a pagar pequenas fortunas em busca de sentido e identificação.

Traçar de maneira detalhada a linha histórica da construção da ideologia sionista não constitui o objetivo central desta pesquisa. Contudo, neste capítulo será necessário revisar esse percurso histórico, a fim de esclarecer os nexos que o sustentam e compreender suas implicações contemporâneas. O foco principal recai sobre a participação protestante nesse processo, especialmente no que diz respeito às suas matrizes teológicas. Buscaremos traçar uma linha histórica que permita compreender como a ideologia sionista alcançou as igrejas evangélicas brasileiras e de que maneira se construiu o entrelaçamento entre sionismo e cristianismo.

O sionismo cristão não constitui um fenômeno recente, tampouco pode ser compreendido como um desdobramento secundário do movimento sionista judaico. Seu surgimento está profundamente enraizado em processos históricos e teológicos que antecedem a criação do Estado de Israel, estando entrelaçado à formação da própria ideologia sionista moderna.

O sionismo emerge no final do século XIX, simultaneamente como uma ideologia e um movimento político nacionalista, tendo como objetivo central a criação de um Estado nacional judeu na região da Palestina. Em um contexto marcado pela intensificação dos nacionalismos europeus e pelo antissemitismo crescente em diversas partes do mundo, o sionismo buscava reorganizar e unificar as populações judaicas dispersas, muitas vezes tratadas como diásporas, por meio do fortalecimento de uma consciência nacional judaica.

Inspirado por modelos europeus de nacionalismo étnico, o movimento sionista procurava não apenas restaurar uma ligação simbólica com a "Terra Prometida", mas também viabilizar, na prática, a constituição de uma entidade estatal soberana do "povo judeu". Nesse

processo, elementos culturais, religiosos e históricos foram ressignificados e concebidos para consolidar uma identidade coletiva judaica moderna, centrada na ideia de nação.

Atribuir ao sionismo um caráter exclusivamente judaico representa uma leitura reducionista, quando não, equivocada, da história do movimento. Embora o sionismo tenha surgido, formalmente, como uma resposta nacionalista judaica, sua consolidação e expansão jamais poderiam ter ocorrido sem a participação ativa de grupos cristãos, especialmente aqueles influenciados pelo puritanismo inglês. A teologia protestante, exerceu papel decisivo na legitimação religiosa da ideia de retorno dos judeus à Terra Prometida, o que viria a se converter em instrumento ideológico central para o sionismo político.

No caso da Inglaterra, a formação teológica no seio do protestantismo contribuiu fortemente para o surgimento de interpretações bíblicas literalistas, um fenômeno que também se disseminou nos Estados Unidos. Essas interpretações, que se baseiam na leitura literalista das escrituras, foram fundamentais para transformar o conceito de "Israel espiritual", presente na tradição cristã primitiva, em um "Israel terreno", físico e geopolítico. Tal transposição não foi meramente teológica, mas acompanhada de um forte componente político e colonialista, inserido no contexto do imperialismo europeu e da expansão ocidental.

O cristianismo, especialmente em sua vertente protestante, demonstrava, ao longo da história moderna, uma necessidade crescente de ancorar suas crenças em uma geografia sagrada, que conferisse materialidade às suas doutrinas e vivências espirituais. Essa busca por um espaço simbólico não se restringia a uma mera curiosidade histórica ou arqueológica, mas operava como um mecanismo de validação teológica e existencial.

No entanto, a associação entre cristianismo e territorialidade sagrada é anterior à emergência do protestantismo. Já a partir do século IV d.C., há registros de peregrinações à Palestina promovidas por cristãos, ainda no interior da tradição que posteriormente seria denominada católica e ortodoxa. Nesse período, a região passou a ser concebida não apenas como um território histórico, mas como o cenário legítimo das promessas divinas, dotado de valor espiritual.

Essas peregrinações tornaram-se mais frequentes e organizadas ao longo da Antiguidade e da Idade Média. Enquanto parte significativa do judaísmo mantinha uma relação com Israel sobretudo no plano litúrgico, memorial e escatológico, setores do cristianismo desenvolveram uma prática concreta de visita à chamada "Terra Santa", atribuindo ao espaço físico uma função devocional e, em certos contextos posteriores, também profética.

Os diários de viagem de monges e padres refletem o quanto o cristianismo necessitava da topografia, não só para reforçar a veracidade de suas histórias, mas também, e igualmente importante, criar uma ponte entre o reino da Judeia, com seus governantes e profetas, e a obra posterior de Jesus e seus leais apóstolos (Sand, 2014, p. 172).

O turismo religioso na região teve início a partir da presença de grupos cristãos que, em suas viagens, assumiram características de verdadeiras peregrinações. O deslocamento não se limitava ao ato de visitar, mas representava a construção de um espaço de fé, onde os referenciais bíblicos ganham concretude e fortalecem a identidade religiosa. Neste processo, o território, até então palestino, foi reinterpretado como espaço de pertencimento espiritual.

Inicialmente essas terras não atraíam grandes grupos de tradição judaica, a chamada “terra de Israel” ocupava um espaço do imaginário e memória coletiva, principalmente após a destruição do Templo¹. O vínculo territorial, estabelecido no contexto da modernidade e das transformações políticas do século XIX, quando movimentos de caráter nacionalista e religioso reinterpretaram essa memória em chave geopolítica, dando origem ao sionismo moderno.

O desejo de estabelecer territorialmente o chamado “povo de Israel” emerge, inicialmente, do “coração protestante”. Esse anseio, porém, não deve ser compreendido, como uma expressão de solidariedade ou de reconhecimento de um sofrimento histórico judaico, muito pelo contrário: tal expectativa nasce vinculada a uma lógica teológica própria, na qual a restauração de Israel não é um fim em si mesmo, mas parte de um projeto que aguarda o retorno do Cristo. Foi uma estratégia teológica, confirmação de sua própria fé, o ocidente cristão se concebia como mediador da redenção das gerações.

É precisamente nesse ponto que se configura o “entrelugar” entre protestantismo e sionismo. Antes mesmo da organização do sionismo político judaico, já circulavam em ambientes protestantes britânicos leituras que defendiam o retorno dos judeus à Palestina como cumprimento das Escrituras. Quando o sionismo moderno se estrutura como movimento nacional judaico, ele encontra um terreno previamente preparado por expectativas teológicas cristãs. Esse entrelaçamento não apaga as diferenças, revela uma zona de convergência histórica na qual escatologia cristã e nacionalismo judaico se cruzam, produzindo uma aliança ambígua, simultaneamente política e teológica.

A opção de “retornar” lhes foi apresentada — aos judeus — em uma bandeja de ouro colonial protestante (Sand, 2014, p. 218). Essas dinâmicas não aparecem de demandas espontâneas ou isoladas, mas estão profundamente enraizadas em tradições teológicas

¹ Segundo Templo de Jerusalém, destruído pelos Romanos por volta de 70 d.C.

específicas. Tais narrativas teológicas desempenham um papel fundamental na conformação das representações religiosas que sustentam o sionismo cristão. É imprescindível, portanto, destacá-las e analisá-las de forma mais significativa, a fim de compreendermos, as raízes históricas e os mecanismos de difusão que possibilitaram a consolidação e a popularização do movimento no contexto brasileiro.

1.1 O RELÓGIO DE DEUS: ASPECTOS DO MILENARISMO E DISPENSACIONALISMO

A busca pela interpretação de um texto religioso antigo implica necessariamente a compreensão do contexto histórico e cultural em que ele está inserido. Quando esse texto funciona como guia de fé e prática para determinada tradição religiosa, suas interpretações podem produzir efeitos colaterais que extrapolam os limites do campo religioso, atingindo outras esferas da vida social. As narrativas teológicas não são estruturas imutáveis ou incontestáveis; ao contrário, constituem-se como conjuntos simbólicos dinâmicos que expressam crenças individuais, mas que também organizam comportamentos sociais e moldam instituições. No caso do sionismo, é fundamental reconhecer a presença de elementos de ordem econômica em sua constituição histórica, no entanto, esse fenômeno político e ideológico dificilmente teria surgido sem o respaldo legitimador fornecido por uma base religiosa sólida.

Neste ponto, vamos nos deter em duas narrativas teológicas que consideramos fundamentais para a compreensão da difusão bem-sucedida das ideias sionistas no cenário brasileiro: o milenarismo e o dispensacionalismo. Ambas constituem marcos interpretativos que mobilizam crenças escatológicas e leituras específicas das Escrituras e contribuíram significativamente para a construção de um imaginário religioso favorável ao sionismo cristão. O milenarismo, conforme definido pelo *The Concise Oxford Dictionary of Sociology*, refere-se a um tipo de movimento religioso presente em distintas tradições de fé, caracterizado pela crença na iminência de uma transformação radical da ordem mundial com a chegada de um novo milênio (Marshall, 1994).

Essa transformação é geralmente concebida como a instauração de uma nova era, marcada pela justiça, pela redenção dos justos e pelo colapso da estrutura social vigente. O elemento central dessas narrativas milenaristas é a ruptura com o presente, percebido como corrompido ou decadente, e a projeção de um futuro redentor, sempre guiado por forças divinas. No campo evangélico, a passagem bíblica de Apocalipse 20 dá o tom para sustentação à essas interpretações.

Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o Diabo e Satanás, e amarrou-o por mil anos. E lançou-o no abismo, e ali o encerrou, e pôs selo sobre ele, para que não mais engane as nações, até que os mil anos se acabem. E depois disto importa que seja solto por um pouco de tempo. E vi tronos; e assentaram-se sobre eles, e foi-lhes dado o poder de julgar; e vi as almas daqueles que foram degolados pelo testemunho de Jesus, e pela palavra de Deus, e que não adoraram a besta, nem a sua imagem, e não receberam o sinal em suas testas nem em suas mãos; e viveram, e reinaram com Cristo durante mil anos (Ap. 20:2-4, Bíblia, 2011).

Estes versos constituem um núcleo narrativo frequentemente mobilizado para legitimar a expectativa de um reinado milenar de Cristo sobre a Terra, durante o qual o mal seria temporariamente contido e os justos recompensados. Esses trechos são interpretados como uma descrição literal e profética de eventos futuros, o que contribui para a formação de uma cosmovisão marcada pela antecipação do juízo final e da restauração da ordem divina. Tais interpretações operam como bússolas para os sujeitos que, aguardam ativamente o retorno do Cristo.

A escatologia² deixa de ser apenas uma expectativa passiva de eventos futuros e passa a orientar práticas concretas no presente. Nesse horizonte, não se pode apenas esperar o cumprimento dos desígnios divinos, mas se faz necessário assumir uma postura ativa, acreditando que suas ações no presente podem contribuir para a concretização de eventos profetizados. O surgimento dessas interpretações está associado a contextos marcados por rápidas rupturas sociais, nestes momentos pode oferecer um quadro interpretativo totalizante, capaz de reordenar o mundo a partir da lógica sagrada, funcionando como um dispositivo de estabilização simbólica frente à incerteza, ao mesmo tempo em que mobiliza subjetividades para a ação no mundo.

Embora estejamos enfatizando a presença mais recente desse fenômeno, é importante destacar que narrativas de caráter milenarista já estavam presentes na Europa desde, pelo menos, o ano 1000. Os viajantes cristãos que por ali passavam, pelas terras bíblicas, desenharam mapas que colocaram a cidade Santa no centro do mundo, retratando-a como o cerne de onde tudo emergiu e para onde retornaria.

É com John Nelson Darby que se encontram as primeiras sistematizações do que viria a constituir o dispensacionalismo teológico, oferecendo uma estrutura interpretativa da história baseada em períodos de administração divina. Posteriormente, é entre as lideranças protestantes

² A escatologia é o ramo da teologia que se dedica ao estudo dos últimos acontecimentos da história, do destino final da humanidade e da criação, bem como do destino individual da alma. A palavra vem do grego *eschatos* (último) + *logia* (estudo, tratado).

estadunidenses que essa abordagem encontra terreno fértil, graças à combinação de fatores culturais, econômicos e sociais. Nos Estados Unidos, o dispensacionalismo se difundiu através de seminários, publicações, pregações e traduções de Bíblias. As tradições dos batistas e presbiterianos, por meio de congressos e outras formas de mobilização, desempenharam papel central na divulgação do pensamento em solo Norte Americano.

O dispensacionalismo propõe uma nova estrutura interpretativa para a relação entre Deus e a humanidade, dividida em diferentes períodos históricos chamados de "dispensações". Segundo essa perspectiva teológica, cada dispensação corresponde a uma etapa da revelação divina e por exigências diferenciadas em relação à fé e à obediência humanas. Essa revelação, contudo, é entendida como sendo dirigida de forma particular a determinados grupos, conforme o desenvolvimento progressivo da história. São sete dispensações principais, a última dessas dispensações, segundo a escatologia clássica, será caracterizada pelo estabelecimento de um reino milenar terreno, um período literal de mil anos em que Cristo governará fisicamente sobre a Terra, e esse governo será estabelecido a partir de Jerusalém. Este milênio é compreendido como o cumprimento das promessas feitas ao povo de Israel no Antigo Testamento, reforçando o papel de Israel no plano de redenção da humanidade.

Mas os outros mortos não reviveram, até que os mil anos se acabaram. Esta é a primeira ressurreição. Bem-aventurado e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre estes não tem poder a segunda morte; mas serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e reinarão com ele mil anos. E, acabando-se os mil anos, Satanás será solto da sua prisão (Ap. 20:5-7, Bíblia, 2011).

No horizonte do pensamento dispensacionalista, a trajetória da humanidade está sob o controle absoluto de Deus, concebida como parte de um plano previamente estabelecido, ordenado e delimitado desde e para a eternidade. Este plano está dividido em sete momentos históricos distintos. Entre essas etapas, ao menos três são diretamente associadas à formação do Estado de Israel e ao seu percurso histórico-teológico, o título de “Povo Eleito”, herdeiro das promessas e por fim a restauração de Israel e centro do governo Celestial. Essas ideias não se restringem ao universo pentecostal, mas também encontraram receptividade entre setores do protestantismo histórico, especialmente aqueles que, diante das transformações sociais, políticas e culturais do século XX, buscaram reafirmar sua identidade religiosa por meio de narrativas escatológicas.

A concepção de que o retorno dos judeus à terra de Israel constitui um cumprimento profético tornou-se um dos pilares do pensamento dispensacionalista. Essas interpretações

teológicas reposicionam Israel no centro da narrativa cristã, mesmo diante dos conflitos históricos e das tensões doutrinárias entre evangélicos e judeus, frequentemente manifestadas nos púlpitos. Hoje, prevalece uma nova lógica discursiva: amar a Deus implica amar Israel. A existência do Estado de Israel é compreendida como a materialização da aliança divina com seu povo, evidência concreta do cumprimento das profecias bíblicas. Segundo essa perspectiva, um relógio que aponta quando Jesus retornará e estabelecerá seu governo a partir das fronteiras de Israel.

O medo do juízo e da grande tribulação é elemento constitutivo da espiritualidade dispensacionalista. O medo do fim, é intensificado ao organizar a história da humanidade como uma linha progressiva que culmina em eventos catastróficos. Essa narrativa produz um sentimento de urgência: cada decisão cotidiana parece carregar consequências escatológicas. O medo, nesse contexto, não paralisa; ele mobiliza e confere sentido às escolhas políticas. O dispensacionalismo vem sofrendo transformações e revisões, mas mantém seu núcleo de pensamento nas sete propostas de dispensação, além da literalidade da palavra (Maynard, 2016, p. 46)

Embora 10.307 quilômetros separem o Brasil de Israel, essa distância geográfica não impede a emergência de paixões intensas, muitas vezes carregadas de devoção. Trata-se de culturas historicamente e religiosamente distintas, com trajetórias políticas, sociais próprias. Ainda assim, no contexto de determinados segmentos do cristianismo evangélico brasileiro, Israel é incorporado ao imaginário coletivo como uma extensão sagrada da própria fé, não apenas como território bíblico, mas como expressão viva da promessa divina. No próximo tópico, abordaremos como essas narrativas ganham forma e florescem deste lado dos trópicos.

1.2 OS CAMINHOS ATÉ O BRASIL

A teologia milenarista, especialmente no braço dispensacionalista, consolidou espaço nos Estados Unidos a partir do século XIX, produzindo efeitos duradouros na mentalidade religiosa e política do país. A defesa do milenarismo, alimenta a ideia de uma batalha entre o bem e mal, levando seus adeptos a crerem numa leitura literalista bíblica. Inspiração plena e verbal, interpretação literal e inerrância são as muralhas indispensáveis para proteger a verdade da fé.

Esse imaginário religioso não apenas despertou um profundo interesse pelo sionismo judaico, como também levou setores significativos do protestantismo norte-americano a

aderirem e a apoiarem ativamente seus objetivos políticos e territoriais. Tal adesão traduziu-se principalmente em discursos, mobilizações financeiras e missões religiosas.

Os ventos que sopraram no Norte chegaram também ao Sul. A partir de grandes investimentos financeiros e institucionais, iniciou-se um movimento consistente de missões protestantes estadunidenses em direção ao Brasil. Enquanto a Europa encontrava-se devastada e submersa no conflito da Segunda Guerra Mundial, a América Latina passou a ser percebida por setores religiosos dos Estados Unidos como um terreno fértil para a difusão de suas narrativas. Essas missões trouxeram consigo não apenas modelos organizacionais e métodos de evangelização, mas também um arcabouço teológico fortemente marcado pelo dispensacionalismo. O artigo *Genealogia do Sionismo* (Machado; Mariz; Carranza, 2022) analisa em profundidade o desenvolvimento desse processo, apresentando seus principais marcos.

Um outro fator que teria favorecido a penetração do dispensacionalismo no Brasil seria a ampliação do trabalho missionário de igrejas norte-americanas no país a partir da década de 1940, por conta das dificuldades crescentes das missões europeias em conseguir recursos durante a Segunda Guerra. Época em que nos EUA o fundamentalismo dispensacionista se recolocava, especialmente entre os batistas do sul que participaram do fluxo missionário para a América Latina. Segundo Bernardino de Santana Filho, esses missionários tinham “estudado no instituto bíblico [...] e adotavam uma perspectiva dispensacionista diferente da teologia europeia. Então essa geração [de pastores] que vai se formar nos anos 1950 para os anos 1960 é uma geração cujos professores foram não mais aqueles primeiros missionários europeus, e sim missionários vindos dos Estados Unidos” (Machado; Mariz; Carranza, 2022, p. 229).

Essas narrativas encontraram no Brasil um terreno fértil, favorecidas pelas intensas transformações políticas e sociais que marcaram a década de 1940. Além dessas correntes teológicas, é importante destacar que os missionários traziam em sua bagagem a influência de um movimento relativamente novo, que ganhava força entre os estadunidenses: o fundamentalismo. O fundamentalismo entendia a revelação divina como princípio estruturante, não apenas da moral e da conduta individual dos fiéis, mas também como um modelo normativo para toda a sociedade, visto como plano divino a ser seguido.

Nesse sentido, o movimento assumia uma dimensão política e cultural, defendendo a supremacia da chamada civilização cristã ocidental e projetando uma ordem social moldada por valores religiosos. Reivindicando para si o título de Cristianismo verdadeiro, esse movimento rejeitava o diálogo com outras religiões e mesmo com correntes distintas do cristianismo, interpretando tais aproximações como ameaças à pureza da fé.

O movimento passou por sucessivas ressignificações ao longo do tempo, ainda que não se desvincule inteiramente de seu contexto original de surgimento. Após a Segunda Guerra Mundial, marcado pelas profundas transformações políticas e culturais que redefiniram a ordem internacional, o movimento encontra novos contornos: o “inimigo” deixa de ser apenas o liberalismo teológico e científico do final do século XIX e início do XX, e passa a ser identificado também com o comunismo e o secularismo. Nesse novo cenário, a “solução possível” que vêm de grupos evangélicos conservadores, não se restringe mais às igrejas locais. A partir daí, rompe as barreiras da geografia e ganha uma dimensão internacional. Movido por redes de financiamento, organizações missionárias e estratégias de expansão cultural, alcança a América Latina e, de modo particular, o Brasil. Nesse processo, não apenas implantam grupos de missões evangélicas, mas também se transfere uma cosmovisão religiosa e política que conecta fé e atuação política.

O fundamentalismo religioso deve ser compreendido como um fenômeno complexo, Bonino (2003) observa que sua história pode ser dividida em dois grandes momentos. O primeiro, que se estende até o início da Primeira Guerra Mundial, é marcado pelo esforço de “defesa da fé”, ou seja, pela tentativa dos setores protestantes conservadores de reafirmar as chamadas “verdades fundamentais” diante das ameaças representadas pelo liberalismo teológico, pela crítica histórica das Escrituras e pelas transformações da modernidade.

A segunda etapa, considerada por Bonino como mais espetacular, corresponde ao período posterior, no qual o fundamentalismo se reorganiza em torno da “defesa da América cristã”. Nesse contexto, a luta deixa de ser apenas pela preservação de doutrinas religiosas e passa a se articular também como um projeto cultural e político. Se apresenta, então, como guardião não apenas da fé, mas também de um ideal civilizatório, ancorado nos valores do protestantismo anglo-saxão e com a construção de uma identidade nacional norte-americana.

O trecho a seguir, ainda que escrito em 2002, mantém-se atual em sua pertinência analítica e pode ser lido, em certo sentido, como profético, ao antecipar e advertir sobre a chegada e os desdobramentos do fundamentalismo no contexto latino-americano.

A influência do fundamentalismo extremo, divisionista e majoritariamente, ainda que não só, pré-milenarista tem tido efeitos negativos no protestantismo evangélico na medida em que: 1.1 nos tem vinculado aos - e tem sido correia de transmissão dos - piores traços da ideologia e da política dos Estados Unidos, ao ponto de assumir como próprias as campanhas ideológicas reacionárias da “nova direita religiosa” dos Estados Unidos e apoiar os “regimes de segurança” e as políticas repressivas que, durante as últimas décadas, acompanharam essa política (os exemplos do Chile, da Guatemala e

do apoio material e ideológico aos “contras” na Nicarágua são ilustração suficiente do que dizemos) (Bonino, 2002, p. 46).

A partir do século XX, os movimentos missionários passaram a se nutrir das formulações do fundamentalismo, assimilando sua hermenêutica bíblica e sua cosmovisão marcada por leituras escatológicas e pela defesa das chamadas “verdades fundamentais” da fé cristã. Esse processo não se restringiu ao espaço institucional, mas encontrou na produção literária um dos meios mais eficazes de difusão. Por meio de revistas, panfletos, traduções de livros, manuais teológicos e até Bíblias comentadas, tais ideias foram sistematicamente introduzidas no contexto brasileiro, alcançando tanto os círculos pastorais quanto o público leigo. O sionismo se confunde com o conceito de identidade que por sua vez se entrelaça à leitura literalista da bíblia.

Entre as diversas publicações que marcaram a difusão dessas ideias no Brasil, merece destaque a obra *Israel, Gogue e o Anticristo*, pelo pastor e jornalista Abrãao de Almeida (1977). O livro pode ser considerado um exemplo emblemático da chegada do sionismo cristão em solo brasileiro, alcançando ampla circulação, inclusive com traduções para diferentes idiomas. No sumário, encontram-se capítulos com títulos reveladores, como *O fim da Rússia*, *Renasce Israel* e *Deus luta por Israel*, que indicam a articulação entre conjuntura política e leitura literalista da Bíblia. Ao longo de suas 166 páginas, a obra apresenta uma narrativa na qual o Estado de Israel é retratado como a “figueira que está brotando”, símbolo profético da restauração anunciada nas Escrituras.

A formação de Israel é interpretada como marco decisivo de uma “corrida contra o tempo”, em direção ao cumprimento das profecias e ao advento dos últimos dias. Destinada prioritariamente ao público evangélico, a obra não apenas reafirma a interpretação escatológica dispensacionalista, mas também legitima a aproximação teológica e afetiva dos evangélicos brasileiros em relação a Israel. Entre tópicos aparentemente heterogêneos, que abarcam desde óvnis a questões de fundamentalismo religioso, a obra procura direcionar a imaginação do leitor, conduzindo-o a uma escolha clara sobre em que lado permanecer diante do alegado “cumprimento das profecias bíblicas”. Nesse sentido, o enredo não se limita a apresentar informações ou reflexões, mas busca construir no coração do fiel uma pertença religiosa pautada pela urgência.

Outro aspecto relevante desse período é a criação de organizações interdenominacionais voltadas à difusão do dispensacionalismo no Brasil. Entre elas, merece destaque a Obra Missionária *Chamada da Meia-Noite*, no Brasil, fundada em 1968, por Dieter Steiger, e ainda

em plena atividade. Desde sua origem, a instituição tem como propósito oferecer suporte teológico e pastoral às igrejas, por meio da produção e circulação de recursos variados, como livros, revistas, cursos e materiais de formação bíblica.

Na declaração de fé dessa organização, alguns pontos se sobressaem por seu direcionamento teológico e por seu impacto direto sobre as publicações que produz. Entre eles, está a convicção de que a abordagem dispensacionalista representa a forma mais coerente de interpretar a Bíblia, assegurando uma leitura linear da história da salvação. Outro ponto de destaque é a ênfase na crença de que Deus governará conjuntamente com Israel e a Igreja, reafirmando a centralidade da restauração de Israel dentro do projeto divino (Ministério Chamada, 2025)

Cabe destacar também a relevância da revista *Notícias de Israel*, que manteve sua circulação até o ano de 2016. Ao longo de décadas de publicação, a revista também desempenhou um papel estratégico na expansão das ideias vinculadas ao sionismo cristão entre as igrejas evangélicas brasileiras. Por meio de reportagens, análises e artigos de opinião, oferecia aos leitores uma leitura dos acontecimentos políticos e sociais do Oriente Médio submetidos constantemente à lente da interpretação bíblica.

Mais do que simples veículo de informação, a revista funcionava como um instrumento formativo, moldando a forma como comunidades evangélicas percebiam Israel e sua trajetória histórica. O noticiário internacional era reinterpretado à luz das profecias, em especial das perspectivas dispensacionalistas, reforçando a crença de que cada evento geopolítico confirmava o cumprimento do plano divino.

Cabe ainda destacar a atuação de outra organização, não exclusivamente brasileira, mas de grande relevância para a difusão da causa sionista entre os cristãos no Brasil: a Embaixada Cristã Internacional de Jerusalém (ICEJ). Fundada em 30 de setembro de 1980, a instituição se apresenta, em sua página oficial, como representante de cristãos de diferentes partes do mundo que veem na chamada “retomada moderna” da terra palestina pelos judeus o cumprimento de profecias bíblicas (ICEJ org, 2025).

Ao reunir fiéis de diversas tradições e nacionalidades, a ICEJ se consolidou como um espaço de articulação global, capaz de dar visibilidade e legitimidade religiosa ao projeto sionista no interior do cristianismo contemporâneo. No contexto brasileiro, sua influência ajudou a fortalecer o imaginário pró-Israel entre evangélicos, contribuindo para integrar o país a uma rede transnacional de apoio religioso ao Estado de Israel. As atividades promovidas pela ICEJ abrangem diferentes frentes de atuação, que vão desde o apoio financeiro a famílias

residentes em Israel até iniciativas de oração e assistência em momentos de instabilidade política.

A organização também promove eventos de grande alcance, sendo o mais emblemático a Festa dos Tabernáculos, realizada anualmente em Jerusalém e que reúne milhares de cristãos de todo o mundo em uma celebração marcada por forte simbolismo teológico e político.³ No caso específico do Brasil, o ICEJ Brasil assume o papel de centro de mobilização e formação, oferecendo orientações sobre como as igrejas evangélicas devem se relacionar com Israel. Essa atuação inclui o estímulo a pastores e líderes eclesiais a assumirem um compromisso explícito de apoio ao Estado de Israel, reforçando o vínculo entre fé cristã e causa sionista.

Obras desta natureza contribuíram de maneira decisiva para a popularização de dois eixos fundamentais no campo religioso brasileiro ao longo do século XX: por um lado, a difusão do dispensacionalismo como chave hermenêutica para a leitura da Bíblia; por outro, a consolidação do apoio a Israel como elemento constitutivo do ser evangélico. Esses processos assumem especial relevância histórica, pois revelam os primeiros contatos sistemáticos das igrejas evangélicas brasileiras com as ideias do sionismo. A legitimação de Israel como “cumprimento profético” não apenas fortaleceu vínculos simbólicos entre fiéis brasileiros e o Estado israelense, mas também inaugurou uma nova forma de engajamento religioso e político que, décadas mais tarde, se tornaria ainda mais visível na esfera pública.

1.3 AS CARAVANAS ATÉ ISRAEL

As igrejas passaram a reconhecer o “poder” atribuído à Terra Santa, entendida como uma geografia sagrada carregada de promessas e esperanças. Se antes os fiéis apenas liam e ouviam sobre Israel, agora surge o desejo de estar fisicamente naquele espaço, de caminhar onde, segundo a tradição, Jesus viveu. Essa busca por tornar concreta a experiência da fé impulsiona o início das caravanas religiosas a Israel, motivadas pela ideia de que ali se encontram sinais do cumprimento das promessas divinas.

Esse tipo de viagem, segundo a Embaixada, divinamente inspirada, visa não a visita de lugares históricos da vida e morte de Cristo, mas em ver a maneira que Cristo, por meio de seus trabalhadores no mundo contemporâneo, está preparando o caminho para seu retorno (Frossard, 2013, p. 282).

³ As informações sobre as atividades e objetivos da instituição podem ser encontradas no site oficial da mesma, disponível em <https://www.icejbrasil.org/nossotrabalho>.

Há registros de diversos pastores, pertencentes a diferentes denominações, que realizaram viagens individuais ou em pequenos grupos para participar de eventos em Israel. Contudo, merece destaque a figura do líder evangélico Caio Fábio d'Araújo Filho, que se tornou um dos primeiros a organizar excursões estruturadas de brasileiros para a Terra Santa. Essas iniciativas marcaram uma nova etapa no relacionamento das igrejas evangélicas brasileiras com Israel, pois transformaram viagens isoladas em experiências coletivas com maior impacto simbólico e institucional.

Nos primeiros anos, tais caravanas eram compostas, em sua maioria, por membros da Igreja Presbiteriana, refletindo a inserção inicial dessa tradição no movimento de aproximação com a Terra Santa. Na década de 1990, as caravanas organizadas pelo ex-pastor chegaram a reunir entre 500 e 600 participantes em uma única viagem. Ao longo dos anos, estima-se que ele tenha conduzido aproximadamente 5 mil pessoas à Terra Santa, o que evidencia a dimensão de sua atuação nesse campo (Souza, 2018). Para além dos números expressivos, sua contribuição foi também formativa: desempenhou um papel decisivo no treinamento e no incentivo de outros pastores, capacitando-os a organizar e liderar novos grupos com o mesmo destino.

Outro personagem central nesse processo é o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Sua relação com a Terra Santa remonta a 1981, quando iniciou a organização de peregrinações, conduzindo grupos de fiéis brasileiros a Israel. Essa conexão simbólica e religiosa manifesta-se de forma ainda mais explícita na construção, em São Paulo, da réplica do Templo de Salomão, inaugurada em 2014, que se consolidou como marco material da sacralização do imaginário israelita no contexto evangélico brasileiro. Durante a década de 1990, as caravanas promovidas pela IURD adquiriram grande visibilidade e passaram a reunir centenas de participantes em viagens periódicas. No presente, tais iniciativas continuam a ocorrer regularmente, assumindo novas modalidades, como caravanas temáticas, por exemplo, voltadas exclusivamente a casais que, com o avanço das tecnologias de comunicação, passaram a ser amplamente divulgadas e acompanhadas em tempo real pelos canais oficiais da igreja.

A relação de Edir Macedo com o Estado de Israel revela-se de tamanha proximidade que, em 2019, ele foi agraciado com a condecoração *Medalha Jerusalém de Ouro*, concedida em reconhecimento à sua contribuição para o fortalecimento dos vínculos entre Brasil e Israel. Na ocasião, o embaixador israelense destacou que a homenagem se devia ao “do líder religioso

em promover o diálogo e a cooperação entre cristãos e judeus, entre Israel e Brasil” (Universal org, 2019, s./p.).

A IURD permanece, ainda hoje, como um dos principais polos de difusão do sionismo cristão no Brasil, articulando práticas religiosas e estratégias midiáticas que reforçam a centralidade de Israel em seu discurso. No próximo capítulo, aprofundaremos a análise dessa instituição, e o papel que desempenha na consolidação do imaginário sionista entre os evangélicos brasileiros e suas especificidades.

Por fim, merece destaque a contribuição do pastor Silas Malafaia no processo de popularização das caravanas evangélicas para Israel. Através de seu programa televisivo *Vitória em Cristo* e em articulação com outras lideranças religiosas, Malafaia passou a organizar regularmente excursões destinadas a visitar os chamados “lugares bíblicos”. Em entrevista concedida à BBC Brasil em 2019, Malafaia afirmou já ter conduzido mais de 20 mil brasileiros a Israel ao longo de sua trajetória ministerial (Machado, 2019).

As personalidades mencionadas anteriormente representam exemplos significativos de lideranças que contribuíram para inserir Israel no cenário religioso e no horizonte de desejo das comunidades evangélicas brasileiras. Atualmente, observa-se que grandes empresas privadas do setor de turismo religioso atuam em parceria com essas e outras lideranças espirituais, organizando caravanas que se tornaram altamente rentáveis. Além de incluir os tradicionais roteiros pela chamada *Terra Santa*, cuja centralidade está na experiência de reviver os cenários bíblicos, muitas dessas excursões passaram a incorporar novos destinos, como Dubai.

Embora este último seja nada cristã ou possua relevância direta para o cristianismo, sua inclusão revela a necessidade de combinar a vivência espiritual com a estética contemporânea da prosperidade, no qual o objetivo final segundo o roteiro das viagens, que conta com Dubai no percurso, seja: Compras, um elemento que dialoga com a teologia da prosperidade difundida em diversos segmentos evangélicos.

Embora ao longo do século XX tenham sido realizados inúmeros investimentos no campo religioso, como a publicação de livros, a criação de associações missionárias e a consolidação de redes de ensino teológico, tais iniciativas não se converteram em uma mobilização política evangélica estruturada. O engajamento esteve mais voltado à formação de identidades confessionais e ao fortalecimento das denominações do que à participação direta nos processos decisórios do Estado. Esse cenário, contudo, sofre uma inflexão significativa no início do século XXI, com a consolidação da chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional brasileiro (Machado; Mariz; Carranza, 2022). A partir desse momento, observa-se uma mudança qualitativa: o discurso religioso ultrapassa os limites da igreja e se traduz em

uma agenda política organizada, voltada para a defesa de valores morais, e interesses corporativos de suas instituições religiosas.

1.4 A BANCADA EVANGÉLICA

Para traçar uma linha interpretativa acerca da presença do sionismo cristão no Brasil, torna-se necessário considerar o contexto político-religioso em que emergiu a chamada bancada evangélica. Em um país de tradição majoritariamente católica, tanto em termos históricos quanto estatísticos, observa-se, a partir da década de 1980, a formação de um grupo de parlamentares que, inicialmente discreta, passou a se identificar publicamente como representação evangélica no Congresso Nacional. Esse movimento não apenas evidencia a crescente visibilidade social das igrejas protestantes, mas também marca o início de uma articulação político-religiosa estruturada.

De acordo com o Censo de 2022, 26,9% da população brasileira, correspondendo a aproximadamente 47,4 milhões de pessoas, declarou-se como evangélica (Agência de Notícias, 2025). Esse crescimento numérico tem se refletido diretamente na esfera política, sobretudo por meio da atuação da chamada *bancada evangélica*. Trata-se de um grupo parlamentar que, ao longo das últimas décadas, consolidou significativa capacidade de articulação e influência na definição da agenda pública. Sua presença se estende desde cargos eletivos em nível municipal até postos de maior relevância no cenário nacional, configurando-se como um ator estratégico na dinâmica de poder e no debate sobre temas sociais, éticos e morais no Brasil contemporâneo.

O surgimento do *ethos* político nos evangélicos não começou nos dias de hoje, mas sim foi gestado desde o início do período republicano, ainda que travestido de uma negação da política, de alienação e de ideologia. Entretanto é a partir da anistia, do processo de abertura no fim da Ditadura Militar e especialmente com o advento da Nova República (1988-Atualmente) que os evangélicos encontraram um terreno fértil para sua proliferação nas casas legislativas do país (Ramalho, 2024, p. 77).

O que se convencionou chamar de “bancada evangélica” diz respeito a um agrupamento informal e multifacetado de parlamentares que compartilham uma identidade religiosa comum, ainda que provenientes de diferentes denominações e filiados a distintos partidos políticos. Trata-se, portanto, de uma coalizão heterogênea, unificada menos por filiação partidária e mais por uma agenda de valores, sobretudo ligada a questões de caráter moral, ético e religioso. É

relevante notar que a bancada se caracteriza por certa volatilidade na defesa de seus interesses, variando sua atuação conforme o contexto político, os temas em disputa e as alianças conjunturais que se estabelecem no Congresso Nacional.

A chamada bancada evangélica evoluiu de um movimento fragmentado, inicialmente motivado pela defesa de liberdades religiosas individuais, para uma força política proativa, sustentada por um projeto de poder mais estruturado e intencional. Esse projeto, embora apresente coesão em torno de pautas relacionadas a costumes e moralidade, revela pragmatismo e fissuras em outras áreas, especialmente quando se trata de negociações e alianças partidárias. Seu objetivo central é a progressiva institucionalização de valores religiosos na esfera pública, tensionando, assim, os limites entre religião e política no Estado laico.

O ingresso efetivo dos evangélicos no cenário político brasileiro remonta à década de 1930, quando passou a marcar presença nas instâncias de representação nacional. Entre os nomes de maior relevância o de Guaracy Silveira, pastor metodista, eleito em 1933 para a Assembleia Constituinte de 1934. Sua atuação se orientava por uma agenda de perfil progressista e trabalhista, com ênfase na defesa da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, posicionando-se de maneira explícita contra a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas.

Entre a década de 1930 e o início dos anos 1980, observa-se uma tendência predominante entre os protestantes históricos e setores pentecostais de praticar uma espécie de “autoexclusão deliberada” da política partidária, preferindo manter certa distância institucional do campo político. Esse afastamento, contudo, não significava ausência de engajamento, mas refletia uma postura cautelosa, de resguardo identitário e, ao mesmo tempo, de uma resistência frente ao predomínio católico e às dinâmicas naquele período.

A percepção de que os evangélicos poderiam constituir-se como um bloco político coeso e influente ganhou corpo em 1986, durante as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Esse processo representou um momento de inflexão histórica, no qual a presença evangélica passou de uma participação pontual para uma atuação estruturada em larga escala. O resultado eleitoral abriu caminho para o surgimento daquilo que se convencionou chamar de primeira “bancada evangélica”, ainda em sua fase embrionária, mas já dotada de visibilidade e organização no interior do parlamento.

A Constituinte de 1988 consolidou-se, assim, como um marco fundacional da bancada evangélica contemporânea, estabelecendo as bases de um grupo que, desde então, atua de forma contínua na política nacional. Liderados por nomes como Gidel Dantas, um conjunto de 18 deputados, em sua maioria de origem pentecostal, buscou se diferenciar das forças políticas dominantes daquele período (Melo, 2020). Ao defenderem uma atuação “independente”, esses

parlamentares não apenas reivindicam espaço próprio no processo constituinte, como também afirmam uma identidade política marcada pela legitimidade religiosa. Nesse período, 32 parlamentares e 2 suplentes foram eleitos, dos quais 18 eram pentecostais, com destaque para a Assembleia de Deus, que já despontava como uma das principais forças religiosas no país (Siepierski, 1997). A partir deste momento, a bancada evangélica, passaria a desempenhar um papel cada vez mais ativo na disputa por narrativas, na definição de agendas públicas e na institucionalização da fé na esfera política nacional.

Um dos principais instrumentos para a consolidação da ideia de um corpo evangélico coeso, dotado de poder de transformação no espaço público, foi o uso estratégico das mídias de massa, em especial a televisão e o rádio. Esses meios de comunicação não apenas ampliaram a presença dos líderes religiosos na esfera pública, mas também modificaram com os evangélicos enxergavam a si próprios. Nesse contexto, emergem figuras já mencionadas anteriormente, que utilizaram tais plataformas como ferramentas de mobilização política e religiosa, com a mesma prática que serviu para difundir ideais vinculados ao sionismo cristão, sobretudo a leitura dispensacionalista da história, também foi empregada para fortalecer a percepção de unidade entre os evangélicos no cenário nacional.

Para atingir seus objetivos, as principais igrejas, sobretudo a AD, a IEQ (Igreja do Evangelho Quadrangular) e a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), seguiram um modelo corporativo, apontando seus candidatos oficiais. [...] As principais moedas políticas foram as concessões de rádio e televisão. Em 1990 o número de evangélicos no Congresso diminuiu de 32 para 23. Contudo, alguns suplentes assumiram e com isso no final de 1991 o número havia subido para 29. Um deles, Itsuo Takayama, após ter trocado de partido duas vezes durante uma única semana, foi cassado. Outro, João de Deus, após ter se apropriado indevidamente de verbas públicas, escapou por pouco da cassação. Um terceiro, Manoel Moreira, amealhou 8 milhões de dólares intermediando emendas (Siepierski, 2022, p. 5).

A partir desse período, a atuação e a influência da chamada bancada evangélica passaram a se expandir de forma exponencial, consolidando-se como um ator político cada vez mais relevante no cenário nacional. O ano de 2003 representa um marco significativo, com a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que sinalizou não apenas a continuidade, mas também a institucionalização e a profissionalização dessa representação religiosa no espaço legislativo, além de trazer maior visibilidade.

Se antes a bancada evangélica se caracterizava por uma atuação fragmentada e por articulações circunstanciais, a formalização da FPE possibilitou uma estrutura mais organizada

e permanente, com regras internas, maior capacidade de mobilização e articulação interdenominacional, trazendo maior legitimidade para suas intenções.

Em 2020, o Instituto de Estudos da Religião (ISER), por meio da plataforma *Religião e Poder*, identificou que, entre os parlamentares que compunham a chamada bancada evangélica no Congresso Nacional, aproximadamente 46% se autodeclaravam evangélicos. Esse dado é particularmente relevante porque relativiza a ideia de que tal frente seja composta exclusivamente por representantes confessionais. Os parlamentares que não se identificam formalmente como evangélicos, mas que integram ou se alinham à bancada, revelam um movimento distinto: o reconhecimento da capilaridade social, da força e da capacidade de mobilização política que esse agrupamento representa. Menos de uma identidade religiosa compartilhada e mais de uma convergência programática em torno de pautas morais, costumes e projetos de poder.

Atualmente, a bancada evangélica mantém sua liderança e significativa expressão na legislatura 2023-2027, consolidando-se como um ator relevante no cenário político nacional. No entanto, sua atuação não se dá sem desafios: a bancada enfrenta conflitos internos e disputas pelo poder, decorrentes tanto das diferentes estratégias políticas adotadas por seus integrantes quanto das tensões entre lideranças estabelecidas e novas figuras emergentes. Além disso, a diversidade interna do próprio universo evangélico contribui para a complexidade de sua ação coletiva, exigindo negociações constantes e mediações internas.

As igrejas Assembleia de Deus, Batista e Universal do Reino de Deus (IURD) são as denominações com maior representatividade entre os deputados federais evangélicos empossados para a atual Legislatura (2023-2027), na Câmara dos Deputados. Elas reúnem 58% dos 93 parlamentares vinculados a igrejas evangélicas, segundo levantamento da Agência Pública, realizado a partir do monitoramento de candidaturas com identidade religiosa, do Instituto de Estudos da Religião (Iser) (Agência Pública, 2023).

Este grupo exerce influência significativa dentro das instituições religiosas, uma vez que sua presença é constantemente veiculada nos noticiários e em outros espaços de visibilidade pública, consolidando-os muitas vezes como referência para os fiéis. Em outras palavras, suas práticas e discursos acabam por modelar comportamentos e concepções de fé no seio das comunidades evangélicas. Os grupos que hoje compõem a bancada evangélica são, em grande medida, os mesmos que trouxeram e difundiram as ideias do sionismo cristão nas décadas anteriores. No entanto, a diferença crucial é que essas instituições, anteriormente

centradas no campo religioso, alcançaram agora o poder de projetar essas ideias na esfera pública, influenciando agendas políticas e debates sociais.

A Frente Parlamentar Evangélica tem atuado a partir de afinidades religiosas e de uma leitura teológica específica das relações internacionais, manifestando reiteradamente apoio ao Israel. Esse apoio se expressa, entre outras formas, na emissão de notas públicas de solidariedade e posicionamentos institucionais, sobretudo em momentos de escalada de conflitos no Oriente Médio. Nesse contexto, a solidariedade política frequentemente se articula a elementos presentes em determinados segmentos do cristianismo evangélico, reforçando vínculos entre convicções religiosas e agendas diplomáticas.

No terceiro capítulo, a pesquisa se aprofundará na atuação da bancada evangélica, detalhando sua organização, estratégias de mobilização e a relação estreita com o sionismo cristão, buscando compreender como tais conexões se traduzem em práticas concretas de influência política e simbólica, tanto no espaço legislativo quanto no imaginário religioso dos fiéis.

Apresentou-se, aqui, uma breve linha do tempo destacando os principais agentes responsáveis pela introdução e pela popularização das ideias sionistas no Brasil. O objetivo foi evidenciar os processos históricos que contribuíram para a consolidação desse imaginário religioso e político. No próximo capítulo, serão discutidas as definições e distinções entre o sionismo cristão e o filossemitismo, com atenção especial aos limites e pontos de interseção entre essas duas categorias. O objetivo é compreender suas formas de expressão histórica e contemporânea, bem como identificar suas principais lideranças e mapear a presença e influência desses movimentos na prática social e religiosa.

2 SIONISMO CRISTÃO: FACES E CONTRADIÇÕES

Antes de adentrarmos na definição e nas nuances do Sionismo Cristão, se torna importante diferenciar de conceitos correlatos. Iniciaremos o percurso pelo que não é sionismo cristão, focando primeiramente no Filossemitismo. Esta distinção é fundamental para compreendermos o fenômeno em sua totalidade.

O filossemitismo pode ser compreendido como um fenômeno cultural, religioso e ideológico caracterizado por atitudes de estima, simpatia e amor pelos judeus, de sua cultura e de suas tradições religiosas. Embora se manifeste de forma mais explícita em determinados movimentos religiosos, sobretudo no âmbito do cristianismo ocidental, o filossemitismo não se restringe ao campo religioso. Ele pode se expressar em diversas esferas sociais, políticas e culturais, assumindo sentidos distintos conforme o contexto histórico e os interesses ideológicos envolvidos.

À primeira vista, o filossemitismo pode parecer um fenômeno simples e essencialmente positivo, associado a gestos de solidariedade e valorização, no entanto, uma análise mais atenta revela que pode assumir significados ambíguos, especialmente quando instrumentalizado por movimentos políticos de extrema direita. Em tais contextos, o discurso filossemita muitas vezes é utilizado de forma seletiva e ideológica, servindo para reforçar estereótipos, legitimar narrativas exclusivistas ou justificar projetos geopolíticos e teológicos que não correspondem à diversidade e complexidade do judaísmo contemporâneo.

No contexto contemporâneo, observa-se que o filossemitismo se manifesta de maneira particularmente intensa no meio evangélico, sobretudo entre os grupos pentecostais e neopentecostais. Nesse ambiente religioso, o fenômeno assume traços estéticos e litúrgicos específicos, configurando um movimento de “judaização” simbólica que se expressa nas práticas de culto, nas representações visuais e nas peregrinações religiosas. As liturgias passam a incorporar elementos associados ao judaísmo, como a celebração de festas hebraicas, o uso de símbolos, como a menorá⁴ nos púlpitos e nas residências dos fiéis, muitas vezes investida de função protetiva ou identitária, além da adoção de indumentárias e ornamentos inspirados em vestes sacerdotais judaicas por parte das lideranças religiosas. Soma-se a isso o crescente número de caravanas de peregrinação a Israel, que persistem mesmo em contextos de conflito,

⁴ Candelabro de sete braços originário da tradição judaica. Era utilizado no Templo de Jerusalém como símbolo da presença divina e da luz de Deus. Com o tempo, tornou-se um dos principais símbolos do judaísmo.

revelando o quanto o imaginário sagrado em torno da “Terra Santa” se consolidou como parte da espiritualidade evangélica contemporânea.

Esse conjunto de práticas evidencia que o filossemitismo religioso, longe de ser apenas uma postura teológica, tornou-se também uma estética e uma forma de experiência religiosa, na qual o “retorno às raízes judaicas” é percebido como um caminho de autenticidade espiritual e legitimidade bíblica, e o caminho que se espera de um “bom cristão”. Elementos típicos do judaísmo marcam presença em ministérios pequenos, mas são utilizados em profusão nas grandes redes, com milhares de seguidores, nas quais alcançam maior visibilidade e influência (Reinke, 2025, p. 29).

Reinke, em sua obra *Paixão por Israel* (2025), propõe uma tipologia elucidativa para compreender as diferentes motivações que sustentam o filossemitismo contemporâneo, especialmente no âmbito do cristianismo evangélico. Segundo o autor, essa relação pode ser classificada em três modalidades principais: a paixão milenista, a paixão mimética e a paixão comercial. A paixão milenista, conforme discutido no primeiro capítulo, foi analisada a partir de suas bases teológicas e escatológicas, que associam o apoio a Israel à expectativa do cumprimento profético dos “últimos tempos”. A paixão comercial, por sua vez, será tratada mais adiante, quando abordaremos as dinâmicas de mercantilização da fé e do imaginário religioso e político em torno de Israel. Neste momento, nos concentraremos na paixão mimética, buscando compreender suas expressões, motivações e consequências no campo religioso contemporâneo.

2.1 PAIXÃO MIMÉTICA

A paixão mimética se expressa na apropriação de elementos e práticas do judaísmo. A noção de paixão mimética, aplicada ao contexto do filossemitismo evangélico, remete à ideia de mimetismo religioso, entendido aqui como o processo de imitação simbólica e ritual de uma tradição por outra. Tal fenômeno pode ser interpretado à luz da teoria do desejo mimético proposta por Girard (1978), segundo a qual os sujeitos e os grupos constroem suas identidades a partir do desejo de semelhança com o outro, tomando-o como modelo de autenticidade e legitimidade. No caso em análise, o judaísmo passa a ser percebido como uma fonte originária da fé cristã, e a imitação de seus símbolos, ritos e linguagens é compreendida pelos fiéis como uma forma de retorno às “raízes bíblicas”.

A Paixão Mimética é um fenômeno de judaização que ocorre no seio do protestantismo. Sua motivação principal é a busca pela pureza e pelas origens da fé. Essa paixão mimética

manifesta-se de forma intensa e amplamente visível, sobretudo no campo simbólico e estético da religiosidade evangélica contemporânea, especialmente entre grupos pentecostais e neopentecostais. Trata-se de um envolvimento que dispensa um conhecimento teológico aprofundado, especialmente no que se refere ao dispensacionalismo ou às doutrinas escatológicas mais elaboradas, e se sustenta antes em afetos, imagens e identificações simbólicas. Nesse processo, observa-se um entrecruzamento imaginário entre os elementos judaicos contemporâneos e aqueles atribuídos aos primeiros cristãos, resultando em uma fusão idealizada entre o “Israel bíblico” e o “Israel atual”. O fiel, nesse contexto, projeta sua própria identidade e hermenêutica sobre o judaísmo, construindo uma representação de Israel que corresponde mais ao seu universo devocional do que à realidade histórica e cultural do grupo judeu.

Resumindo a categoria que defino como paixão mimética: nela Israel é o alvo da paixão, mas como um povo de Deus a ser imitado, cujos símbolos são desejáveis às comunidades evangélicas. O elemento passado é fundamental por ser portador dos símbolos resgatados para abençoar o crente. [...] De acordo com essa versão, Israel e igreja são distintos, mas com peculiaridades de serem compreendidos como parte muito literal do mesmo povo de Deus, razão pela qual símbolos podem ser compartilhados (Reinke, 2025, p. 49).

Este movimento de apropriação e "judaização" simbólica frequentemente resulta na dessacralização e no esvaziamento dos significados originais dos ritos e símbolos judaicos. Tal fenômeno não é apenas uma manifestação superficial, mas um elemento central na crítica ao Filossemitismo contemporâneo. Ao transplantar objetos, festas ou liturgias (como o *Shofar* ou a Menorá) para um novo contexto eclesiástico sem o acompanhamento da tradição e do *ethos* judaico original, esses símbolos passam por um processo de resignificação instrumental. Eles perdem sua densidade histórica e teológica primária, sendo reduzidos a meras ferramentas estéticas ou mágicas que visam evocar a "pureza da Igreja primitiva" ou conferir um sentido de autoridade bíblica ao culto evangélico.

O filossemitismo, quando articulado ao movimento de judaização, tem se tornado cada vez mais presente e visível no meio evangélico contemporâneo. O apreço por Israel, bem como a valorização de seus símbolos, deixou de se restringir exclusivamente aos templos, alcançando outras esferas sociais e culturais, como residências, redes sociais, produtos devocionais e eventos públicos.

No entanto, é importante enfatizar que o filossemitismo, por mais central que seja, não se confunde com o sionismo cristão. Ele constitui, sim, um elemento fundamental ou mesmo

um passo anterior, capaz de criar condições afetivas e identitárias que favorecem a adesão a narrativas sionistas. Ainda assim, por si só, a valorização estética e simbólica de Israel não constitui projeto político ou teológico estruturado, que é o núcleo do sionismo cristão. Dessa forma, a relação entre filossemitismo e judaização pode ser compreendida como um catalisador, para o surgimento do sionismo cristão, mas não como sinônimo ou instância plena desse movimento.

2.2 SIONISMO CRISTÃO

É nesse ponto que a paixão afetiva e simbólica ultrapassa o campo do mero encantamento cultural e se converte em um projeto político-ideológico. A principal distinção entre o filossemitismo e o sionismo cristão reside no modo como Israel é apropriado e instrumentalizado: enquanto o primeiro se caracteriza por uma admiração estética, simbólica e afetiva, Israel como um lugar de desejo, de referência espiritual e fornecedor de símbolos religiosos e culturais, o segundo vai além, transformando esse afeto em aparelhamento político. No sionismo cristão, a adesão a Israel envolve a defesa ativa de suas políticas de Estado e a construção de justificativas teológicas que legitimam tais posicionamentos. Trata-se, portanto, de um movimento que deixa de ser uma devoção passiva e passa a operar como uma força sociopolítica articulada, que utiliza a fé como instrumento de legitimação e sustentação de agendas geopolíticas.

Os grupos evangélicos, tanto os de matriz histórica quanto os de formação mais recente, têm sido progressivamente cooptados por agendas de extrema direita, nas quais a defesa política do Estado de Israel ocupa papel central. Nesse processo, observa-se uma resignificação da teologia, que deixa de operar prioritariamente como instrumento de reflexão e compreensão da própria fé, para se converter em mecanismo de propaganda ideológica. A teologia, recriada sob a ótica do sionismo cristão e do ultraconservadorismo, passa a legitimar projetos de poder e narrativas estratégicas. A Bíblia tem sido progressivamente instrumentalizada como arma retórica de justificação das ações políticas e militares de Israel, muitas das quais configuram graves violações de direitos humanos. Esse processo se insere em uma narrativa mais ampla de defesa de um suposto “Ocidente cristão”, projeto ideológico que não se articula de modo isolado no Brasil, mas se conecta a redes transnacionais da extrema direita, especialmente nos Estados Unidos e na Europa.

Essa aliança se sustenta em uma teologia política que transforma o conflito no Oriente Médio em uma batalha espiritual entre “o povo de Deus” e seus inimigos. Nesse contexto, o

outro, o diferente, o não cristão, o árabe, é excluído do horizonte de empatia e de diálogo, sendo frequentemente representado como ameaça aos planos divinos e à ordem civilizacional cristã. Assim, a defesa incondicional das práticas israelenses, ainda que estas constituam crimes contra a humanidade, encontra amplo espaço de legitimação e difusão nos púlpitos e meios de comunicação das igrejas brasileiras, convertendo a fé em um dispositivo de sustentação ideológica.

Machado e Mariz (2023) endossam a noção de Freston (2020), que define o Sionismo Cristão como o engajamento político de evangélicos e católicos no apoio às políticas do Estado de Israel, visando ampliar e legitimar sua expansão territorial. Israel, no contexto do imaginário religioso contemporâneo, é frequentemente associado à materialização da vontade divina e à prova visível das promessas bíblicas, tornando-se, assim, um elemento sagrado e inquestionável. Dessa forma, qualquer tentativa de crítica às políticas do Estado de Israel ou de problematização de suas ações no cenário internacional é muitas vezes percebida como um ataque à própria fé. O questionamento político se converte em blasfêmia religiosa, e o crítico é rotulado como “inimigo de Deus” ou “anti-Israel”, expressões que revelam a fusão entre o sagrado e o político. Essa dinâmica evidencia a sacralização da política israelense dentro de certos discursos cristãos, nos quais o Estado moderno é revestido de legitimidade teológica, e o outro é excluído como heresia.

É importante destacar que, embora essas interpretações se enraízem em uma narrativa teológica de matriz dispensacionalista, tal estrutura hermenêutica não seria, por si só, suficiente para sustentar todo o aparato simbólico, político e afetivo que circunda o apoio evangélico a Israel. O próprio Estado israelense, de forma estratégica, assume e performa o papel de personagem bíblico, incorporando elementos do imaginário religioso que o identificam como o “povo escolhido” e como sinal da ação divina na história. Essa autoatribuição de sacralidade é mobilizada sobretudo quando serve aos interesses diplomáticos, econômicos do país, especialmente na manutenção de alianças com o campo religioso evangélico brasileiro. O Estado que se apresenta como guardião das promessas bíblicas e parceiro espiritual do cristianismo, nem sempre reflete, na prática, a tolerância religiosa e a reciprocidade que o discurso sugere.

A promoção de Israel por meio de sua conexão com o texto bíblico é central para o governo israelense. A primeira Marcha para Jesus naquele país, ocorrida em 2013, por exemplo, contou com a participação do então ministro do turismo de Israel, Uzi Landau. Em seu discurso de recepção aos evangélicos (traduzido do hebraico para o português por um pastor), ele revelou a intenção política por trás daquela recepção turística: O profeta

Jeremias fala da volta do povo de Israel a Sião, e aqui estamos nós, o povo de Israel, que justamente voltamos dos exílios para reconstruir e construir a Terra de Israel e o Estado de Israel, [...] E o Estado de Israel agrade muito o apoio de vocês a Israel [...] a coragem de vocês em apoiar Israel incondicionalmente, de vocês estarem sempre de pé, firmes ao lado de Israel. Israel é a terra da vossa crença. Israel é a terra da Bíblia [...] A intenção de Israel é clara: associar o estado de Israel diretamente à Bíblia e, por meio do amor a ela, aos cristãos do mundo (Reinke, 2025, p. 34).

Paradoxalmente, essa relação evidencia a dualidade e a conveniência política que permeiam o aparelhamento religioso-ideológico do movimento evangélico brasileiro. Trata-se de uma adesão seletiva, que romantiza o Estado de Israel como cumprimento profético, ao mesmo tempo em que ignora as violações de direitos humanos e a opressão sobre o povo palestino. A contradição torna-se ainda mais evidente quando se observa que pautas morais centrais do discurso evangélico brasileiro, como a oposição ao aborto, à educação sexual e aos direitos reprodutivos das mulheres, são tratadas de maneira diametralmente oposta em Israel. No Estado israelense, o aborto é legalizado e de acesso relativamente facilitado em grande parte dos casos⁵, e o debate sobre os direitos das mulheres avança em termos institucionais e culturais. Ainda assim, essa realidade é deliberadamente silenciada pelas lideranças religiosas que sustentam o sionismo cristão no Brasil, revelando um vínculo mais político, e não, como consequência coerente de princípios religiosos universais.

Raheb, em sua obra *Decolonizing Palestine: The Land, The People, The Bible*, define o sionismo cristão como “um lobby cristão que apoia o colonialismo de assentamento judaico na terra palestina, valendo-se de construções bíblicas e teológicas inseridas em uma metanarrativa, levando em consideração dimensões globais” (p. 31).

Segundo Raheb (2023), o sionismo cristão articula-se na intersecção entre ideologia e prática, integrando uma narrativa teológica, com dinâmicas de dominação colonial concretas. Essa metanarrativa manifesta-se em múltiplas expressões e interpretações, que variam do protestantismo liberal ao evangelicalismo conservador, diante dos diversos contextos nacionais e institucionais em que se desenvolve e se consolida.

Trata-se de uma narrativa de caráter apocalíptico, que projeta a história humana como um cenário de conflito inevitável entre o bem e o mal, no qual a busca pela paz é descartada como possibilidade, por ser compreendida como uma interferência no cumprimento de um

⁵ Anteriormente, as mulheres que desejassem realizar um aborto precisavam submeter-se à avaliação de um comitê médico e ético, procedimento que frequentemente as expunha a situações constrangedoras e invasivas. Com a promulgação da nova legislação em 2022, tais comitês foram extintos e o acesso ao aborto foi ampliado, garantindo às mulheres maior autonomia e agilidade no processo decisório.

plano divino de alcance cósmico. Nesse enredo teológico, qualquer tentativa de mediação ou reconciliação aparece como oposição direta à vontade de Deus.

Os conflitos deixam de ser apenas tragédia histórica e passam a ocupar função teológica: não se trata de evitá-la, mas de reconhecê-la como etapa necessária da consumação profética. Essa leitura fortalece uma ética de enfrentamento permanente, na qual o engajamento político e religioso é revestido de urgência espiritual, consolidando uma visão dualista que transforma adversários históricos em inimigos espirituais e o mundo em campo sacramental da batalha final.

A sustentação ideológica do sionismo cristão depende também de um outro eixo teológico que confere sentido e propósito à sua narrativa. Trata-se da teologia do domínio, que oferece a base doutrinária para a compreensão da “causa” e do “objetivo” desse movimento.

2.3 A TEOLOGIA DO DOMÍNIO

Reinke (2024) propôs uma classificação analítica que busca categorizar as diferentes nuances do fenômeno no contexto brasileiro, distinguindo três vertentes principais: Sionismo Clássico, Novo Sionismo Cristão e Sionismo Simbólico-Afetivo. Neste momento, nos deteremos especialmente sobre o conceito de Novo Sionismo Cristão, por compreendermos que essa vertente é a que mais se destaca na conjuntura religiosa e política contemporânea do Brasil. Tal forma de sionismo é fortemente influenciada pela Teologia do Domínio, corrente que defende o exercício do poder político como expressão da soberania divina, e pela aliança ideológica e simbólica com o Estado de Israel, tomada como base teológica e geopolítica de legitimação da fé e da ação cristã no espaço público.

Originada nos movimentos cristãos dos Estados Unidos, a Teologia do Domínio fundamenta-se em uma interpretação literalista de Gênesis 1:28, passagem em que a humanidade é convocada a “dominar a Terra”. A partir dessa leitura, seus proponentes defendem que a vida pública, as instituições sociais e os aparatos estatais devem ser submetidos à autoridade da lei bíblica, entendida como expressão direta da soberania divina sobre todas as áreas da existência. Busca transpor princípios religiosos para o campo do poder, legitimando a ideia de que o Estado e a sociedade devem refletir uma ordem cristã hegemônica, conforme delineada por interpretações conservadoras das Escrituras.

Partindo da percepção de que o mundo encontra-se em estado de caos moral e espiritual, constrói-se a justificativa para o projeto de cristianização global. Dentro dessa lógica teológica, todas as esferas da vida social, devem ser progressivamente submetidas à influência e aos

valores do cristianismo, de modo que o “projeto divino” alcance sua plenitude na história. A transformação cristã da sociedade é, portanto, compreendida como pré-condição escatológica para o retorno de Cristo, sendo a atuação política e missionária dos fiéis vista como parte integrante desse plano redentor.

Um dos principais desdobramentos da Teologia do Domínio é a chamada “Teologia dos Sete Montes”. Essa corrente teológica emergiu na década de 1940, nos Estados Unidos, e está historicamente vinculada ao movimento pentecostal dominionista⁶. Sua proposta central consiste em influenciar e conquistar as sete principais esferas da sociedade.

Eles convocam o cristãos neopentecostais e tradicionais a retomar o controle de sete esferas de influência cultural: religião, família, governo, educação, mídia, arte/ entretenimento e negócios. Dentro dessa teologia, Deus é visto como o governante supremo, o Rei e gestor da “coisa pública”, e os cristãos são seus ministros, incumbidos de administrar e dominar essas esferas em nome da fé. O domínio dos Sete Montes encontra respaldo em uma interpretação literal de passagens bíblicas como Apocalipse 17,8-10, que fala de uma besta escarlate com sete cabeças, identificadas como “sete montanhas”. Para os defensores da Teologia dos Sete Montes, essa imagem representa as esferas culturais que os cristãos devem dominar. A ideia é que o controle sobre essas áreas deve ser exercido de acordo com princípios divinos, levando à transformação da sociedade e ao estabelecimento do Reino de Deus na Terra (Xavier, 2024, p. 5).

Diante desse panorama, torna-se necessário abordar a Nova Reforma Apostólica, movimento que surgiu nos Estados Unidos sob a liderança de Peter Wagner e que se caracteriza pela promoção da Teologia do Domínio e pelo objetivo de exercer influência sobre as chamadas “sete montanhas” da sociedade. Esse movimento rapidamente conquistou força e popularidade entre lideranças religiosas brasileiras, constituindo uma rede altamente influente na articulação e disseminação do sionismo cristão em atuação prática.

Já os discursos públicos de outras igrejas que adotaram a teologia do domínio (TD) são de alinhamento e comprometimento com os interesses da elite política israelita atual. Verificamos um ativismo político pró-Israel especialmente entre as igrejas que tiveram mais contato com o grande divulgador dessa teologia, Peter Wagner, e cujos líderes se vinculam à chamada Nova Reforma Apostólica - New Apostolical Reformation - NAR (Machado; Mariz; Carranza. 2022, p. 239).

⁶ Trata-se de uma vertente da Teologia do Domínio que foi reestruturada, difundida e reinterpretada por movimentos carismáticos e neopentecostais. Pode ser compreendida como um projeto político-religioso voltado à promoção da hegemonia cristã na sociedade, distinguindo-se, entretanto, de sua forma original pelas estratégias adotadas e pela fundamentação teológica específica que orienta sua ação e difusão.

A Nova Reforma Apostólica (NRA) ganha força no Brasil em um período de intensas transformações no campo religioso, caracterizado principalmente pelo avanço e diversificação dos movimentos pentecostais e neopentecostais. A partir da década de 1970, esse segmento religioso passa a constituir-se como um espaço de produção simbólica, onde há circulação de ideias e de práticas, no qual ocorre a importação e ressignificação de doutrinas oriundas do contexto estadunidense. Entre essas doutrinas, também destacam-se a Teologia da Prosperidade, que associa fé à conquista material, além da noção de batalha espiritual, que interpreta a realidade em termos de conflito entre forças divinas e demoníacas. Essas concepções tornam-se fundamentais para a consolidação da NRA no contexto brasileiro, moldando sua agenda teológica e política.

Em outras palavras, no discurso da NRA, as mazelas do mundo são causadas porque Satanás tem tido o controle sobre ele, a missão da igreja seria tomar o domínio do mundo da posse de Satanás e devolve-lo a Deus. Essa transformação deve ser constituída através de uma estratégia específica que define primeiramente que a condição-mor é a assunção dos principais postos de poder, lugares de influência social, por pessoas com a “mentalidade do Reino”. Nessa estratégia, a transformação social se dá de maneira progressiva, primeiramente as cidades, depois distritos, países e por fim de todo o mundo; e sem a necessidade de mudar o modo de produção, ou da forma de governo (Barbosa Júnior, 2017, p. 135).

Com base na lógica das “sete montanhas”, desenvolve-se uma estrutura organizacional estratégica destinada a impulsionar o que seus proponentes chamam de guerra espiritual. Para tanto, os movimentos se organizam em ministérios, redes e grupos específicos, frequentemente financiados por empresários e investidores que compartilham interesses políticos e ideológicos com essas organizações. Essa configuração fornece um roteiro operacional que permite a esses grupos atuarem de maneira coordenada na esfera política, ampliando sua influência sobre políticas públicas, decisões institucionais e agendas legislativas, sempre sob a justificativa de implementar uma ordem social conforme princípios cristãos.

Em síntese a Teologia dos Sete Montes constitui uma das principais formulações estratégicas associadas à Nova Reforma Apostólica (NRA). Enquanto a NRA se apresenta como um movimento carismático contemporâneo que defende a restauração do ministério apostólico e profético na igreja, a Teologia dos Sete Montes funciona como sua expressão programática no campo sociopolítico. Desse modo, a primeira fornece a segunda uma estratégia de ação pública, articulando espiritualidade carismática, teologia do domínio e engajamento político.

A justificativa para a implementação e expansão dessa teologia encontra-se na noção de batalha espiritual, segundo a qual os problemas sociais complexos são interpretados como manifestações da ação do “inimigo”, uma representação do mal em sua dimensão cósmica.

Essa leitura desconsidera as causas políticas, econômicas e estruturais que produzem tais problemas, transferindo o campo de disputa do âmbito social para o terreno espiritual. Dentro dessa lógica, o enfrentamento do mal não se dá por meio de políticas públicas ou transformações sociais, mas pela ascensão de líderes religiosos à esfera política, representados pela figura do “político terrivelmente evangélico”. Este é visto como instrumento divino de reconquista dos territórios supostamente dominados pelo inimigo, personificando a fusão entre missão religiosa e projeto de poder.

Essa articulação configura o que as pesquisadoras Machado e Carranza (2025) denominam “diplomacia da fé”: uma estratégia deliberada e implementada por sucessivos governos israelenses para cultivar e mobilizar o crescente eleitorado evangélico na América Latina como um aliado geopolítico estratégico.

O processo de redemocratização do Brasil, iniciado na década de 1980, aliado ao avanço da secularização e à crescente pluralização do campo religioso, criou condições propícias para a transformação das relações entre religião e política no país. Nesse contexto, os evangélicos passaram a disputar espaço na esfera pública, buscando influência simbólica e poder de mobilização social. É nesse ambiente que o sionismo cristão encontra espaço para expandir sua presença e consolidar-se como um ator relevante tanto no campo religioso quanto no campo político brasileiro, articulando interesses ideológicos e estratégias de poder.

As ideias sionistas cristãs, para se consolidarem e obterem legitimidade, necessitam de figuras públicas reconhecidas e consideradas confiáveis, capazes de difundir essa visão entre comunidades de fé e também em esferas políticas e midiáticas. Tais agentes religiosos não limitam sua atuação às fronteiras institucionais das igrejas, mas mantêm vínculos e cooperação direta com o Estado de Israel, sustentando uma teologia que legitima a sobrevivência política desse Estado à custa do sofrimento e da exclusão do povo palestino.

A seguir, analisaremos quem são esses representantes e instituições, bem como as formas de atuação e influência que exercem na consolidação contemporânea do sionismo cristão.

2.4 LIDERANÇAS E SUAS ATUAÇÕES EM FAVOR DO SIONISMO CRISTÃO

Serão destacadas três lideranças religiosas de significativa influência no contexto

brasileiro, que reproduzem, adaptam e promovem práticas e discursos alinhados ao sionismo cristão, além de uma liderança que, embora não exerça cargo eclesiástico, consideramos parte essencial desse fenômeno. Essas figuras exercem papel central na difusão dessa teologia e de sua agenda político-religiosa, contribuindo para a consolidação de uma cosmovisão cristã sionista no país.

2.4.1 Renê Terra Nova e as redes de poder do sionismo

Apóstolo⁷, fundador da Visão Celular M12, presidente do Ministério Internacional da Restauração, Autor de mais de 250 livros e empresário⁸. Podemos identificar Renê Terra Nova como um dos principais discípulos de Peter Wagner no contexto brasileiro. Ampliaremos o olhar sobre sua atuação, destacando as dimensões de sua influência, especialmente aquelas relacionadas à disseminação do sionismo cristão e à incorporação de elementos da Teologia do Domínio em suas práticas ministeriais e redes de liderança.

Renê Terra Nova foi o principal responsável por adaptar e difundir no Brasil o modelo conhecido como “M12”, uma estratégia de organização e expansão eclesial voltada para o crescimento de igrejas. De acordo com o próprio site da instituição, o método fundamenta-se em quatro princípios: ganhar, consolidar, discipular e enviar. Essa estrutura funciona de modo semelhante a um sistema de pirâmide, no qual cada participante é encorajado a formar e liderar um novo grupo de discípulos, promovendo, assim, a multiplicação contínua das células e a consequente ampliação do alcance da igreja. Trata-se, portanto, de um modelo que combina elementos de gestão organizacional e discipulado cristão, refletindo a lógica de expansão característica das megachurches e dos movimentos de orientação dominionista.

Não é difícil constatar, por meio dos sites oficiais e das redes sociais do Ministério Internacional da Restauração, que o apóstolo Renê Terra Nova ocupa uma posição central de autoridade e controle dentro da instituição. Sua figura é amplamente reverenciada pelos fiéis e líderes subordinados, sendo frequentemente exaltado por suas posturas, discursos e pela forma como personifica o ideal de liderança espiritual do movimento. Essa centralização de poder simbólico e institucional evidencia a lógica carismática e hierárquica que sustenta a dinâmica

⁷ No contexto do movimento evangélico contemporâneo, o termo *apóstolo* refere-se a uma figura de liderança religiosa que reivindica autoridade espiritual e institucional para estabelecer fundamentos doutrinários e promover a expansão e plantação de novas igrejas. Essa designação, retomada por diversos segmentos neopentecostais, busca legitimar a continuidade do ministério apostólico descrito no Novo Testamento, conferindo ao líder um status carismático e organizacional de destaque dentro da estrutura eclesial.

⁸ Perfil escrito pelo próprio Renê Terra Nova, em um dos seus perfis na rede social *Instagram*.

interna do ministério, típica de movimentos religiosos deste perfil.

Destacamos aqui uma passagem significativa encontrada na biografia do apóstolo publicada em seu site pessoal, a qual oferece pontos importantes sobre sua autoridade religiosa e perspectiva teológica, servindo como referência para compreender a construção de sua imagem pública e o papel que desempenha dentro do contexto que estamos abordando.

Apóstolo Renê Terra Nova não apenas fundou uma igreja como também gerou uma linguagem própria e ensinamentos que trouxeram uma nova dinâmica ao povo de Deus. Proclamou em alto e bom tom que Família é a menina dos olhos de Deus, é o alvo da graça divina. Mostrou a rota para Jerusalém, a cidade do Grande Rei. Ensinou que fé e fidelidade andam juntas. Elevou o nível de alma do povo, mostrando que pobreza, miséria e ruína são estigmas do passado e que a grande verdade é prosperidade: um direito de cada filho de Deus. Com isso, a visão da igreja foi ampliada e o espírito de excelência tomou conta de todos (Terra Nova, 2025 s./p.).

Renê Terra Nova atua como Embaixador da ICEJ (International Christian Embassy Jerusalem) no Brasil e em outros países da América do Sul, função que inclui a liderança de caravanas de peregrinação à Terra Santa, como forma de apoio direto ao país. Ao longo de sua trajetória, já visitou Israel mais de 40 vezes, consolidando sua presença e influência junto à comunidade evangélica e às instituições sionistas cristãs. No capítulo um, abordamos esta organização, com sede em Jerusalém, e discutimos a relevância e o impacto de sua atuação na mobilização de fiéis, na promoção do sionismo cristão e na articulação de redes transnacionais de apoio a Israel.

Com sua fundação em 1994, o Ministério Internacional da Restauração, em Manaus, liderado pelo apóstolo Renê Terra Nova ao lado de sua esposa, Ana Marita Nogueira, constitui um ponto central de promoção de práticas e discursos filossemitismo e do sionismo cristão no Brasil. O ministério realiza diversas atividades que reforçam essa orientação, incluindo o Culto do Shabbat, o Festival Cultural dos Tabernáculos, iniciativa que celebra uma das festas mais simbólicas da tradição judaica, e a comemoração do Yom Kippur, o dia do perdão (Câmara dos Deputados, 2023).

Além disso, a presença de bandeiras de Israel nos cultos, postagens em hebraico nas redes sociais e declarações públicas de apoio político e religioso a Israel, incluindo solicitações de apoio financeiro destinado ao país⁹, evidenciam claramente a posição do apóstolo e da instituição que ele fundou. Essas práticas demonstram como o ministério articula fé, rito e

⁹ Essas práticas podem ser encontradas e acompanhadas pelas redes sociais da Igreja e pessoais do apóstolo, além de transmissões ao vivo dos cultos e celebrações.

política, consolidando sua identidade dentro do panorama do sionismo cristão brasileiro e projetando influência tanto na esfera religiosa quanto na simbólica.

Com mais de 500 mil seguidores em suas redes sociais, o apóstolo Renê Terra Nova frequentemente tece comentários sobre Israel, com ênfase no conflito israel-palestina, e mobiliza manifestações de apoio político e religioso junto à comunidade evangélica. Em maio de 2019, durante a comemoração pelos 71 anos da criação do Estado de Israel, recebeu das mãos do então presidente Jair Messias Bolsonaro e do Embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley, a Medalha Jerusalém de Ouro, em reconhecimento ao seu trabalho como uma das pessoas que mais se dedicam à promoção e defesa de Israel.

Além disso, o apóstolo manifestou publicamente e mantém apoio declarado ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, condenado por atentados à ordem democrática, evidenciando que seu desejo de domínio não é neutra em termos políticos. Ao contrário, revela uma orientação ideológica clara, com posicionamento estratégico em espectros políticos específicos e com objetivos alinhados a agendas conservadoras.

Renê Terra Nova representa um rosto simbólico da expressão contemporânea do sionismo cristão no Brasil, no qual a figura do empresário antecede a do pastor, evidenciando a intersecção entre religião e mercado. Sua atuação demonstra uma capacidade estratégica de transitar entre o discurso religioso e o pragmatismo político, utilizando o pastorado como legitimador simbólico de suas ações e projetos de influência. O púlpito, nesse contexto, deixa de ser apenas espaço de pregação e torna-se instrumento de mobilização e controle, empregado para a autoafirmação de sua autoridade e para a promoção de uma agenda de domínio. O medo e a retórica bélica, traduzidos em narrativas de “guerra espiritual” e “ameaça ao cristianismo”, funcionam como mecanismos de coesão e disciplina e controle dos corpos.

Ao analisar sua trajetória e influência, torna-se possível compreender a complexidade das redes de poder dentro do sionismo cristão brasileiro e a forma como líderes carismáticos moldam crenças, e instrumentalizam a fé em consonância com projetos políticos antidemocráticos.

2.4.2 Valnice Milhomens e a guerra espiritual

Valnice Milhomens iniciou sua trajetória ministerial vinculada à Convenção Batista Brasileira. Após sua experiência como missionária no continente africano, converteu-se ao pentecostalismo, movimento no qual encontrou novos referenciais de espiritualidade e autoridade religiosa. Durante sua permanência em Pretória, na África do Sul, afirma ter

recebido um chamado sobrenatural em que, segundo seu testemunho, Deus lhe teria dito: “Tenho um ministério para ti no Brasil. Treina-me um exército” (Bezerra, 2024, p. 235). Esse episódio marca um ponto de mudança em sua trajetória, simbolizando a passagem de uma teologia centrada na salvação pessoal para uma visão de conquista coletiva, que combina elementos de engajamento espiritual, expansão territorial e protagonismo feminino no espaço religioso.

Nas redes sociais, Valnice Milhomens reúne mais de um milhão e meio de seguidores apenas em uma de suas plataformas, consolidando-se como uma das líderes evangélicas mais influentes do país no ambiente digital. Foi pioneira no que se pode denominar de televangelismo¹⁰ feminino no Brasil, articulando mídia, espiritualidade e liderança religiosa em um formato inédito para o contexto evangélico nacional. Ao lado de Renê Terra Nova, desempenhou papel central na introdução e difusão da NRA no país.

Em suas publicações, que alternam mensagens devocionais, reflexões bíblicas e comentários sobre temas geopolíticos, destaca-se uma recorrente defesa do Estado de Israel. Milhomens interpreta os conflitos no Oriente Médio à luz das Escrituras, construindo uma leitura profética dos eventos contemporâneos e reforçando entre seus seguidores a ideia de que apoiar Israel constitui um dever espiritual e compromisso com Deus por parte dos cristãos.

Em suas publicações durante o ano de 2022, período marcado pela intensa polarização política que acompanhou as eleições presidenciais brasileiras, Valnice Milhomens reiterou a narrativa de que o país estaria imerso em uma guerra espiritual. Nessa perspectiva, os acontecimentos políticos e sociais foram interpretados como expressões de um conflito entre forças divinas e demoníacas, no qual os cristãos são chamados a sair em defesa do Reino de Deus. Suas mensagens reforçam a ideia de que o engajamento político do fiel é parte de uma missão espiritual mais ampla.

[...] Indissociável dessas pregações, estava a Teologia do Domínio, da qual Valnice era uma das expoentes, acreditando “que o mundo está em poder de satanás” e declarando a “necessidade do cristão declarar uma guerra espiritual contra o diabo por meio de orações afirmativas e imperativas, jejuns, atos proféticos e marchas” (Dias, 2009, p. 127). Por isso fundou seus Guerreiros de Oração em guerra espiritual pelo Brasil. A “redenção nacional” (Milhomens, 2010) viria por essas práticas (Bezerra, 2024, p. 248).

Fundadora da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (INSEJEC), Valnice Milhomens

¹⁰ O televangelismo é um termo que combina “televisão” e “evangelismo” e descreve o uso da mídia eletrônica, principalmente a televisão (mas também o rádio e, mais recentemente, a internet), para comunicar a fé cristã.

também adota o título de *apóstola*, posicionando-se como liderança de referência no campo neopentecostal brasileiro. Em sua instituição, desenvolve práticas de inspiração judaizante, incorporando símbolos, ritos e terminologias oriundos da tradição hebraica como expressão de uma identidade cristã alinhada a Israel. Em seu canal no YouTube, apresenta a *Série Israel*, na qual divulga conteúdos sobre o território israelense sob uma perspectiva profética. Além das produções midiáticas e do apoio simbólico, Milhomens expressa seu engajamento político por meio do diálogo com autoridades. Em 2017, participou de um encontro com o embaixador de Israel no Brasil, representando o Conselho Apostólico Brasileiro (CAB), ocasião em que reiterou seu compromisso com o Estado de Israel e reforçou a aliança espiritual e ideológica entre líderes evangélicos brasileiros e o governo israelense.

“Nós estávamos muito tristes com a postura adotada pelo governo Dilma diante de Israel. Mas, felizmente, o atual governo vem se esforçando para buscar avanços e o próprio ministro Aloysio Nunes reconheceu que as nossas manifestações têm ajudado a mudar a postura do Brasil”, ressaltou a apóstola. “Estou feliz da vida por estar aqui. Quero que saiba que nós daremos todo o suporte necessário a Israel” (Guiame, 2017 s./p.).

A análise da atuação de Valnice Milhomens revela, assim, uma líder que soube transitar da esfera missionária tradicional para se tornar uma voz apostólica influente no meio evangélico e político. Ao adotar a Teologia do Domínio, ela forja os eventos atuais como uma 'guerra espiritual', na qual seus seguidores são convocados como 'guerreiros'. Esse engajamento se materializa de forma proeminente em seu apoio ao Estado de Israel como o cumprimento de uma agenda divina.

2.4.3 Silas Malafaia e a teologia do domínio

Figura de ampla visibilidade pública, Silas Malafaia é pastor e fundador da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), sendo frequentemente referido pela mídia e por parte de seus seguidores como uma das principais lideranças evangélicas do país, ainda que tal designação não dê conta da profunda diversidade e fragmentação interna que caracteriza o campo evangélico brasileiro. Embora não se declare formalmente vinculado à NRA, seu discurso e suas práticas evidenciam afinidades com os pressupostos da teologia do domínio e com o sionismo cristão, sobretudo na defesa de valores morais conservadores, na retórica de guerra espiritual e no apoio político irrestrito ao Estado de Israel. Malafaia representa, assim, um modelo de liderança midiática e política que traduz elementos do pentecostalismo

tradicional em uma linguagem teopolítica contemporânea.

Figura envolta em polêmicas e controvérsias, Silas Malafaia não pode ser compreendido como um fenômeno isolado, mas como expressão de um processo mais amplo de mudança no campo religioso brasileiro. Sua ascensão pública reflete a consolidação dos evangélicos como força social e midiática no país, especialmente a partir do final do século XX. Em 1982, Malafaia alcança projeção nacional ao estrear o programa televisivo *Vitória em Cristo*, que, anos mais tarde, daria nome à igreja por ele fundada. Por meio desse espaço, o pastor passou a construir uma imagem de autoridade religiosa e moral, articulando pregação bíblica, discurso moralizante e ativismo político em um formato característico do televangelismo brasileiro.

Ao longo de sua trajetória, Silas Malafaia construiu um verdadeiro império religioso e midiático, que inclui gravadora, editora e outros empreendimentos ligados diretamente à sua liderança e imagem pública. Essa ascensão está intimamente relacionada ao seu engajamento na esfera pública, marcada por uma atuação pragmática e estratégica: ao longo dos anos, não se observa uma defesa consistente de projetos específicos, mas sim a adaptação de seu discurso e de sua igreja às demandas e interesses do contexto político e social do momento. Essa flexibilidade permite a construção de influência tanto no campo religioso quanto na política, consolidando Malafaia como uma figura central no cenário evangélico nacional.

No comportamento político dessa liderança, o sionismo cristão emerge como um critério estratégico para a formação de alianças e para o alinhamento de projetos públicos e institucionais. Quando articulado à teologia do domínio, esse conjunto teológico e político configura um projeto estruturado, coeso e de longo alcance, cujo objetivo é promover uma visão de mundo cristã. Essa articulação não apenas orienta o engajamento político, mas também busca influenciar instituições e decisões sociais, em alguns casos com efeitos de disputa no campo democrático, na medida em que propõe a implementação de valores e práticas derivadas de uma cosmovisão evangélica específica sobre o funcionamento do Estado e da sociedade.

Ao articular seus discursos por meio de uma combinação de interpretação bíblica, informações questionáveis e críticas diretas a instituições democráticas, o pastor Silas Malafaia consolida progressivamente sua influência tanto dentro do meio evangélico quanto na sociedade em geral. Sua atuação evidencia que, no contexto contemporâneo, não é mais possível compreender as religiões sem considerar sua relação com os meios de comunicação e as plataformas midiáticas, assim como não se pode analisar a mídia sem reconhecer a influência das práticas religiosas sobre ela (Cunha, 2017, p. 219).

Os discursos de Silas Malafaia funcionam como uma convocação contínua para que o

chamado “povo de Deus” transcenda os limites de suas instituições religiosas e se engaje ativamente em todas as esferas públicas. Essa mobilização não se restringe à participação cidadã convencional; trata-se de incentivar a ocupação estratégica do espaço político e social, com o objetivo de promover uma agenda moral e conservadora alinhada aos valores defendidos pelo pastor e por sua liderança.

Ao longo do tempo, os discursos de Silas Malafaia passaram por um processo de radicalização progressiva. Inicialmente, sua atuação não se caracterizava pelo apoio político explícito; contudo, com o tempo, passou a declarar publicamente apoio a determinados políticos e a posicionar-se contra pautas que considera contrárias à sua visão de mundo, como o que denomina “marxismo cultural”, “ideologia de gênero” e outras agendas sociais que julga ameaçarem valores morais e cristãos.

Em dezembro de 2018, durante a visita do então Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ao Brasil, Silas Malafaia participou de um encontro no Rio de Janeiro, no qual declarou que “não haveria apoio da comunidade evangélica a Bolsonaro sem a agenda pró-Israel. Nosso apoio a Bolsonaro é resultado de ele apoiar Israel” (Revista Jornal do Brasil, 2018). Nesse mesmo encontro, Netanyahu afirmou: “Não temos melhores amigos no mundo do que a comunidade evangélica. E a comunidade evangélica não tem melhor amigo do que Israel”, reforçando a ideia de que a narrativa de Israel como “terra da Bíblia” também constitui uma estratégia diplomática e de persuasão do governo israelense para conquistar apoio político internacional.

De acordo com a Agência Brasil (2025), o pastor Silas Malafaia foi apontado como conselheiro e colaborador próximo nas decisões do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seu filho Eduardo Bolsonaro, exercendo influência antes, durante e após o período presidencial. Essa relação evidencia não apenas uma afinidade política e ideológica, mas também um vínculo pessoal consolidado, que ilustra o grau de penetração e de legitimidade que determinadas lideranças religiosas alcançaram dentro do campo político brasileiro. Entre os anos de 2019 e 2022, essa aproximação revelou-se particularmente intensa, indicando que a atuação de pastores evangélicos em posições de aconselhamento político.

2.5 JAIR MESSIAS BOLSONARO E SUA ALIANÇA COM O CAMPO EVANGÉLICO

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro não exerce função pastoral, tampouco possui título de apóstolo ou liderança formal em instituições religiosas, nem mesmo se identifica publicamente como integrante de uma denominação evangélica específica. No entanto, sua

figura tornou-se central na consolidação do sionismo cristão no Brasil, especialmente pela forte aproximação com o movimento evangélico conservador, com o qual estabeleceu alianças políticas e simbólicas de grande alcance.

A intenção aqui não é examinar em detalhe sua trajetória pessoal ou os aspectos administrativos de seu governo, tarefa que demandaria extensa análise, mas compreender como Bolsonaro se projetou como figura-chave na difusão de uma ideologia teopolítica. Sua atuação foi marcada pela instrumentalização de símbolos religiosos, pela defesa pública de pautas morais e pela articulação direta com lideranças evangélicas que encontraram em seu discurso a reafirmação de valores nacionalistas, conservadores e pró-Israel. Na seção seguinte, serão analisados os principais episódios na esfera pública, em sua maioria ocorridos durante seu mandato, que exemplificam a convergência entre religião, política e sionismo cristão no Brasil contemporâneo.

Em maio de 2016, no rio Jordão, em Jerusalém, Jair Messias Bolsonaro foi batizado pelas mãos do pastor Everaldo Dias Pereira, que também tem uma caminhada política, disputou diversos pleitos, incluindo a presidência da República, em 2014 e o Senado, em 2018, pelo Partido Social Cristão em um rito de batismo por imersão, característico das tradições cristãs protestantes. Curiosamente, trata-se de uma prática simbólica pertencente a uma tradição religiosa à qual Bolsonaro nunca se filiou de modo formal ou confessional. O gesto, contudo, ultrapassa o âmbito espiritual: representou um marco estratégico de aproximação política com o campo evangélico, num momento em que o então deputado vislumbrava a possibilidade de ascensão nacional.

O episódio pode ser interpretado como uma aliança simbólica e pragmática, em que ambos os lados se beneficiaram. De um lado, Bolsonaro consolidou sua imagem como líder moral e espiritual, incorporando a estética do “escolhido” ou “messias”, um título reforçado tanto por seu nome próprio quanto pela narrativa de renascimento nas águas do Jordão. De outro, o campo evangélico conservador ampliou sua visibilidade e influência política, fortalecendo o projeto de retomada cristã da nação e de domínio religioso sobre a esfera pública. Assim, o batismo no Jordão, mais do que um ato de fé individual, tornou-se um rito de passagem político-religioso, selando o pacto entre religião e poder e inaugurando uma nova fase de mobilização simbólica no Brasil contemporâneo. O batismo no rio Jordão deve ser compreendido como um ato performativo de sacralização do poder político, no qual elementos religiosos são mobilizados para conferir legitimidade simbólica a um projeto de autoridade.

O evento foi amplamente divulgado pelas mídias religiosas e seculares, amplificando sua função como espetáculo público de fé e poder. Nesse contexto, o corpo político de

Bolsonaro é revestido de significados religiosos, tornando-se ícone messiânico e instrumento de mediação entre o divino e o nacional, um fenômeno típico das teopolíticas contemporâneas, em que a religião atua como dispositivo de legitimação e mobilização social. Ali um casamento foi selado, religião e Estado, um prenúncio do que seriam os próximos anos.

Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, dois fenômenos merecem destaque por sua relevância sociopolítica e religiosa. O primeiro diz respeito ao crescimento expressivo do número de pessoas que se declaram evangélicas, bem como ao aumento da representatividade de pastores e lideranças religiosas nas câmaras legislativas em todo o país. Esse processo reflete não apenas a consolidação de um eleitorado evangélico politicamente ativo, mas também a transição de um movimento predominantemente religioso, e a força da instrumentalização da fé, capaz de moldar discursos e prática. O segundo ponto refere-se à aproximação inédita entre o governo brasileiro e o Estado de Israel, relação que, até então, se manifestava de maneira mais discreta no cenário diplomático. Tal aproximação traduziu-se não apenas em gestos políticos e diplomáticos, mas também em uma reconfiguração simbólica do papel do Brasil como “nação amiga de Israel”.

Essa aproximação produziu efeitos diretos e concretos tanto na política externa quanto na dinâmica do espaço público brasileiro. Um dos exemplos mais emblemáticos foi a promessa de transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, uma pauta fortemente defendida pelos setores ligados ao sionismo cristão. Tal proposta, carregada de simbolismo religioso e geopolítico, foi celebrada por diversas lideranças evangélicas, especialmente por Silas Malafaia, um dos principais aliados e interlocutores religiosos do governo.

Foi também durante o governo de Jair Messias Bolsonaro que o conflito entre Israel e Palestina passou a penetrar de maneira mais intensa na vida pública brasileira, extrapolando o campo diplomático e alcançando o imaginário coletivo e religioso da população. O tema, antes distante da experiência cotidiana dos brasileiros, tornou-se parte do debate público, impulsionado por lideranças religiosas, mídias digitais e discursos governamentais. Essa intensificação ocorreu em um contexto de acentuada polarização política e ideológica, no qual posicionar-se “a favor de Israel” passou a ser compreendido, por determinados segmentos, como um marcador identitário e moral. Assim, o conflito deixou de ser percebido apenas como uma questão geopolítica internacional, transformando-se em um símbolo de pertencimento religioso e político dentro do próprio Brasil.

A polarização que se estabeleceu na sociedade brasileira nos últimos anos tem sido significativa e, neste sentido, os evangélicos desempenharam papel

central, posicionando-se, em sua maioria, favoravelmente em apoio a Bolsonaro. Tendo sido este apoio, inclusive, parte da estratégia eleitoral do candidato ao assumir o discurso moral como pauta central. Por meio da vitória de Bolsonaro, concretizou-se uma espécie de “Nova Direita Cristã” à brasileira. A americana inspirou-se na chamada “Doutrina do Destino Manifesto”, forjada no século 19 a partir da certeza de que eles tinham sido escolhidos por Deus para civilizar o continente (Fonseca, 2020, p. 320).

Ao longo de seu governo, Jair Messias Bolsonaro utilizou reiteradamente o apoio ao Estado de Israel como um instrumento de demarcação política e ideológica, especialmente em sua disputa simbólica com os setores da esquerda brasileira. O alinhamento com o governo de Benjamin Netanyahu foi apresentado não apenas como um gesto de afinidade diplomática, mas como expressão de uma aliança moral e espiritual. Em termos práticos, esse posicionamento resultou na mobilização de diferentes instâncias da burocracia estatal em favor de declarações e ações alinhadas às políticas israelenses, mesmo diante de controvérsias internacionais sobre violações de direitos humanos nos territórios palestinos.

A relação de proximidade e apoio mútuo não se restringe ao campo evangélico, estendendo-se também a determinados segmentos da comunidade judaica. Essa aproximação se expressa tanto em alianças políticas quanto em afinidades teológicas e simbólicas, especialmente em torno da centralidade de Israel. Gherman, em sua obra *O não judeu judeu* (2022), contextualiza essa dinâmica ao analisar como parte do público judeu contemporâneo reconhece nos grupos evangélicos pró-Israel um aliado estratégico na defesa de uma narrativa sionista global. Gherman demonstra que essa relação é marcada por ambivalências, de um lado, o interesse político e religioso compartilhado; de outro, tensões decorrentes das diferentes compreensões sobre identidade, salvação e a própria ideia de “povo escolhido”.

Nesse contexto, Bolsonaro adota a bandeira de Israel e os signos sionistas com seus símbolos, judeus bolsonaristas passam a usar símbolos da extrema direita. Um higieniza o outro. O capitão deixa de ser considerado nazista e os judeus deixam de se ver como uma minoria sob constante ameaça. Bolsonaro se converte a “um judaísmo imaginário”, enquanto judeus de direita se convertem ao bolsonarismo (Gherman, 2022, p. 98).

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 2024, no estado de São Paulo, aproximadamente 53% dos evangélicos declararam-se contrários ao apoio do Brasil às ações militares de Israel. Esse dado revela uma discrepância significativa entre as percepções da base evangélica e o posicionamento das suas principais lideranças, que continuam a sustentar um discurso de apoio incondicional ao Estado israelense.

Tal contraste evidencia que o sionismo cristão, enquanto ideologia religiosa e política,

encontra maior adesão entre os líderes e porta-vozes midiáticos do campo evangélico do que entre os fiéis comuns, que se aproximam mais do que viria a ser o filossemitismo. Ainda assim, por meio da ocupação de espaços públicos, midiáticos e políticos, essas lideranças mantêm hegemonia discursiva, produzindo a impressão de consenso e silenciando vozes dissonantes dentro do próprio meio religioso. Essa distância entre liderança e base sugere que o apoio a Israel não é apenas um ato de fé ou solidariedade bíblica, mas também um projeto de poder e identidade religiosa no espaço público brasileiro contemporâneo.

No último capítulo, abordaremos as implicações do sionismo cristão na formulação e definição de agendas públicas no Brasil contemporâneo, destacando como essa ideologia religiosa se traduz em práticas políticas concretas. Serão analisados os principais casos de influência direta e indireta nas decisões governamentais, nas políticas externas e nas pautas morais que moldam o debate público nacional.

Essa etapa da pesquisa busca demonstrar que o sionismo cristão, mais do que um fenômeno teológico ou simbólico, opera como força estruturante de um projeto político-religioso que pretende reconfigurar o espaço público brasileiro à luz de uma cosmovisão cristã conservadora.

3 O SIONISMO CRISTÃO NA AGENDA PÚBLICA BRASILEIRA

Neste último capítulo, analisaremos de forma aprofundada os dados, os desdobramentos e os impactos da crescente influência do sionismo cristão na esfera pública brasileira. Nosso objetivo é demonstrar como práticas políticas, acordos diplomáticos, projetos de lei e estratégias de governo têm sido formulados, legitimados e, facilmente aceitos quando amparados pela lógica teológica e ideológica do sionismo cristão, que funciona como matriz interpretativa e justificadora de determinadas agendas públicas.

Além disso, discutiremos de que maneira essa ideologia contribui para modificar fronteiras tradicionais entre religião e política, enfraquecendo mecanismos de separação entre Estado e igrejas e ampliando a presença de atores religiosos em processos decisórios. Analisaremos também como a retórica sionista-cristã cria novas formas de mobilização política e simbólica, produzindo efeitos diretos na formulação de políticas externas, na construção de alianças parlamentares e no engajamento de setores da sociedade civil. Por fim, examinaremos casos recentes no Brasil em que essa lógica se tornou predominante, evidenciando como o sionismo cristão atua como princípio organizador de práticas políticas, orientando tanto discursos públicos quanto ações institucionais.

A partir do mapeamento dos principais agentes propagadores, já apresentados nos capítulos anteriores, analisamos como esses atores constroem e difundem narrativas específicas, produzindo sentidos religiosos e políticos que moldam debates públicos e reconfiguram sensibilidades sociais e de que maneira tais narrativas alimentam e impulsionam uma guerra simbólica e cultural no país, operando por meio de discursos de ameaça, distinção moral e construção de inimigos internos e externos. Argumenta-se que essa disputa simbólica não se restringe ao campo religioso, mas se infiltra em arenas como a política institucional, o ativismo digital, a mídia e a educação.

Por fim, discutiremos as consequências desse processo, considerando seus efeitos sobre a esfera pública, a polarização social, a formulação de políticas públicas e as novas formas de engajamento religioso-político no Brasil contemporâneo. Essa abordagem permitirá compreender tanto a complexidade do fenômeno quanto os desafios que ele impõe ao debate democrático.

Pensar o Brasil implica, inevitavelmente, pensar religião. Desde os fundamentos teológicos presentes na formação histórica do país até as dinâmicas contemporâneas, a religião tem encontrado corpo e espaço, numa atuação contínua e multifacetada. Para além da

pluralidade de expressões de fé que conferem identidade, sentido e orientação aos brasileiros, a religião atravessa práticas sociais, formas de sociabilidade e discursos públicos.

Essa centralidade religiosa se manifesta inclusive nas frágeis fronteiras da laicidade estatal brasileira, frequentemente tensionadas por agentes religiosos, políticos e institucionais. Para Bourdieu (1971, 1989), a religião funciona como um sistema de classificação que organiza percepções e práticas sociais, produzindo uma visão de mundo que tende a ser percebida como natural. Nesse sentido, não se explica apenas pela pluralidade religiosa, mas pelo fato de que a religião detém e mobiliza um significativo capital simbólico, isto é, um tipo de poder baseado no reconhecimento social e na autoridade moral. Esse poder simbólico permite que agentes religiosos atuem para além das fronteiras institucionais do campo religioso, influenciando o campo político. O poder simbólico opera de forma “suave”, mas eficaz: ele se impõe por meio de classificações, nomeações e legitimações que orientam percepções. Religião e poder simbólico se articulam de modo contínuo, produzindo efeitos concretos na organização da esfera pública e na definição das disputas sociais contemporâneas.

3.1 AÇÕES POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS NO BRASIL

Historicamente, o Brasil adotou uma postura diplomática marcada pela mediação em conflitos internacionais, incluindo o conflito entre Israel e Palestina no Oriente Médio. Essa tradição, consolidada no âmbito do Itamaraty ao longo do século XX, privilegia o equilíbrio entre as partes e a defesa do direito internacional. No entanto, tal orientação tem sido tensionada nas últimas décadas em razão da crescente atuação de grupos religiosos na arena política doméstica. O fortalecimento do lobby político-religioso, especialmente de segmentos do cristianismo evangélico alinhados ao sionismo cristão, tem contribuído para reconfigurar debates sobre política externa e deslocar o posicionamento brasileiro em direção a alinhamentos mais explícitos com o Estado de Israel.

Burity (2020) entende o lobby religioso como a manifestação da religião que ultrapassa a esfera estritamente privada e se projeta na esfera pública com o objetivo de disputar hegemonia cultural, política e legislativa. Segundo o autor, esses coletivos religiosos operam como verdadeiros “grupos de interesse”, apropriando-se da linguagem e dos mecanismos democráticos para promover agendas particulares, muitas vezes ancoradas em identidades morais e projetos de poder específicos.

Tal mobilização política de pastores e parlamentares configurou um momento sem precedentes para a ascensão dos evangélicos conservadores na política brasileira: a prerrogativa de formular e executar políticas públicas nacionais e locais e de propor mudanças legislativas, em outro nível de autoridade política; mais do que isso, uma tentativa deliberada de influenciar o debate público. Esse momento implica, portanto, a necessidade de a política evangélica ultrapassar os limites de uma fê minoritária e se apresentar como detentora ou garantidora de uma restauração de uma sociedade simultaneamente ameaçada por uma crise financeira, uma crise política e uma crise moral (Burity, 2020, p. 13).

Burity (2020) ainda afirma que esta postura acarreta uma guinada a ideologia conservadora de direita, que traz consigo pautas moralistas, em outras palavras, no melhor estilo da guerra de território gramsciana¹¹, os evangélicos emprestaram sua singularidade comunitária, ética e organizacional para nomear os problemas sociais e políticos do país em termos da adoção da "moralidade cristã tradicional".

Uma busca no portal da Câmara dos Deputados revela, sem grande dificuldade, a presença recorrente de disputas políticas atravessadas por motivações e enquadramentos religiosos que intensificam-se de 2019 a 2025. É relevante destacar que, entre 2019 e 2022, o Brasil esteve sob o mandato de Jair Messias Bolsonaro, já anteriormente identificado como um dos principais vetores de legitimação e difusão do sionismo cristão na esfera pública. Trata-se de um governo que não apenas acolheu, mas ampliou a circulação de discursos teológico-políticos associados ao fenômeno do sionismo cristão, apropriando-se também de símbolos e contribuindo para seu fortalecimento enquanto força estratégica nos debates legislativos.

Nesse intervalo, observa-se a intensificação de proposições, discursos parlamentares e iniciativas legislativas que mobilizam referenciais sionistas-cristãos para orientar posicionamentos políticos, moralizar agendas públicas ou demarcar identidades religiosas no interior do campo político. Embora haja numerosos exemplos desse movimento, apresento a seguir alguns casos particularmente emblemáticos, que ilustram como essa articulação entre religião e política adquiriu visibilidade e incidência crescentes no Congresso Nacional durante o período analisado.

3.1.1 O caso da embaixada brasileira em Israel

¹¹ A expressão “guerra de território em estilo gramsciano” não é um termo técnico literal de Gramsci, mas uma metáfora derivada de ideias centrais da sua teoria. Em Gramsci, “guerra” é sempre metafórica, referindo-se às disputas culturais, políticas e ideológicas na sociedade. Portanto, guerra de território, no estilo gramsciano, significa: disputa por espaços da sociedade onde a hegemonia é produzida.

A proposta de transferir a embaixada brasileira em Israel, atualmente sediada em Tel Aviv, para Jerusalém figurou como um dos principais compromissos de campanha de Jair Messias Bolsonaro durante a corrida eleitoral de 2018. A medida, alinhada ao movimento promovido por Donald Trump nos Estados Unidos, tornou-se símbolo de aproximação política e ideológica entre setores do bolsonarismo e agendas vinculadas ao sionismo cristão.

A transferência da embaixada significaria, na prática, uma declaração de alinhamento integral ao Estado de Israel e às suas políticas, desconsiderando por completo a causa palestina e a complexidade histórica do conflito. Tal movimento implicaria romper com a tradição diplomática brasileira, do equilíbrio entre as partes e da busca por soluções negociadas. Ao abandonar essa postura de mediação, o Brasil assumiria uma posição unilateral que não apenas pressionaria sua política externa, mas também evidenciaria a influência de agendas teológico-políticas, especialmente as vinculadas ao sionismo cristão, sobre decisões que deveriam se orientar pelos princípios constitucionais da diplomacia brasileira.

Ao assumir essa bandeira, Bolsonaro intencionalizava não apenas argumentos diplomáticos, mas sobretudo categorias religiosas que atribuem a Jerusalém um significado escatológico e espiritual, reforçando a centralidade da temática Israel-Jerusalém na construção de sua base de apoio evangélica. Líderes religiosos, como o pastor Silas Malafaia, manifestaram apoio explícito à possibilidade de transferência da embaixada, insistindo na necessidade de que o governo cumprisse a promessa de campanha feita a setores evangélicos que viam na medida um gesto simbólico e teológico de grande relevância. Em contrapartida, segmentos estratégicos, especialmente representantes do agronegócio e membros das Forças Armadas, posicionaram-se contrários à mudança, alertando para os riscos diplomáticos e econômicos que um alinhamento unilateral com Israel poderia gerar, sobretudo no que diz respeito às relações comerciais com países árabes.

Diante das pressões internas e externas, o presidente acabou recuando e optou por uma solução intermediária: a abertura de um escritório comercial em Jerusalém, sem caráter diplomático formal. Durante a visita a Israel para anunciar a decisão, Bolsonaro reforçou o enquadramento religioso de sua relação com o país, revisitando seu batismo no rio Jordão em 2016, mencionando seu nome do meio, Messias, e apresentando-se publicamente como cristão. Sua declaração, "Sou, como diz a ministra Damare Alves, [da Família e Direitos Humanos], terrivelmente cristão."¹², revela como identidades religiosas foram mobilizadas para conferir

¹² Matéria publicada pelo senado em 01/04/2019.

legitimidade simbólica à política externa, mesclando elementos pessoais, teológicos e geopolíticos na construção discursiva de sua autoridade.

3.1.2 Brasil e Israel como nações irmãs

Em 14 de julho de 2025, o pastor e deputado Sóstenes Cavalcante, filiado ao PL, Partido Liberal, propôs um projeto de Resolução¹³ que visa “reconhecer a aliança histórica, diplomática e espiritual entre o povo brasileiro e o povo judeu, declarando oficialmente as duas nações como ‘Nações Irmãs’”. A formulação do texto legislativo evidencia um esforço explícito de aproximar categorias próprias da diplomacia de categorias religiosas, a noção de uma suposta “aliança espiritual” entre povos.

Tal movimento suscita questões fundamentais, pois pressupõe que o Estado possa reconhecer e validar uma dimensão espiritual como fundamento legítimo de política externa. Surge, então, uma série de indagações analíticas inevitáveis: o que significa, em termos públicos e normativos, declarar uma “aliança espiritual” entre nações? Que critérios definem ou mensuram o “espiritual” no campo político? Onde se situam os limites entre um ato diplomático e uma afirmação de caráter religioso? Em outras palavras, o que autoriza a transposição de categorias teológicas para o interior de um dispositivo legislativo?

A proposta é ainda mais problemática quando comparada aos dados demográficos: segundo o último censo, a população judaica no Brasil representa aproximadamente 0,06% dos habitantes do país. Nesse cenário, torna-se necessário questionar: em nome de quem, ou de quais interesses simbólicos se reivindica uma “aliança espiritual” entre nações? A baixa representatividade demográfica evidencia que tal iniciativa não expressa um vínculo religioso majoritário, mas sim uma agenda política específica, frequentemente associada ao sionismo cristão e às dinâmicas de alinhamento teológico-político presentes em setores do cristianismo evangélico brasileiro.

O Brasil, nação construída sobre valores judaico-cristãos, compartilha com Israel princípios inegociáveis: defesa da vida, liberdade, democracia, respeito às tradições, desenvolvimento econômico e tecnológico e a busca pela paz com segurança. Este Projeto de Resolução tem por objetivo institucionalizar no âmbito das relações interparlamentares, de forma simbólica e permanente, aquilo que já é realidade no coração de milhões de brasileiros: a irmandade

¹³ Um Projeto de Resolução (PRC ou PRS) é um tipo de proposta legislativa destinada a resolver assuntos internos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou a tratar de matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo.

com Israel, com seu povo, sua história e seu futuro (Câmara dos deputados, 2025, p.2).

Essa formulação mobiliza um conjunto de categorias que tem ganhado centralidade no discurso de setores do cristianismo evangélico brasileiro, a narrativa dos “valores judaico-cristãos”, expressão esta, que opera como aparelhamento de autoridade e que procura naturalizar uma determinada interpretação da história nacional. Ao afirmar que o Brasil foi “construído” sobre tais valores, o texto reinscreve uma leitura teleológica da formação do país, apagando a pluralidade religiosa e cultural de sua constituição, ignorando as violências e reforçando uma visão normativa que privilegia matrizes cristãs específicas.

Nesse sentido, percebe-se a presença de elementos associados à chamada teologia do domínio. Essa teologia opera aqui como sustentação simbólica do projeto político, ao apresentar como desejo coletivo o que, de fato, constitui uma agenda específica de grupos evangélicos que têm ampliado sua presença institucional no Legislativo. O apelo à “irmandade” entre Brasil e Israel funciona, portanto, como estratégia retórica para converter uma pauta de nicho em um suposto consenso nacional.

Trata-se, portanto, de uma operação discursiva que busca legitimar interesses políticos contemporâneos por meio de uma reconstrução mítica do passado nacional, ao mesmo tempo em que fortalece o sionismo cristão como força organizadora do imaginário público. Até o momento da escrita deste trabalho, o Projeto de Resolução permanece em tramitação, aguardando despacho da Presidência da Câmara dos Deputados, mas já cumpre um papel significativo no jogo simbólico e político: sua simples apresentação insere no campo legislativo uma pauta marcada por forte conteúdo teológico-político, contribuindo para a normalização e circulação institucional do sionismo cristão no Parlamento.

3.1.3 Antissionismo e antissemitismo: uma proposta de equiparação

O general Eduardo Pazuello, que em 2019 ocupou o cargo de Ministro da Saúde durante o governo de Jair Bolsonaro, protocolou em 17 de fevereiro o Projeto de Lei n.º 472/2025, considerado um dos mais problemáticos quando se trata da análise crítica do sionismo cristão e de suas diversas manifestações no país. O texto do PL aparelha-se na definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), e propõe equiparar antissemitismo e antissionismo, em um fusão conceitual que tem como efeito imediato a tentativa de criminalizar qualquer posicionamento crítico ao sionismo,

compreendendo toda oposição à ideologia sionista, necessariamente, expressão de ódio ou preconceito contra pessoas judaicas.

O combate à Discriminação e ao Antissemitismo, equiparando o antissionismo, a manifestação de ódio contra o Estado de Israel e a negação do Holocausto à prática do antissemitismo, busca uniformizar e reforçar os mecanismos legais de proteção contra discursos e manifestações que incitam o preconceito[...]. Essa equiparação torna explícito que qualquer atitude que, de forma direta ou velada, questione a legitimidade do Estado de Israel ou minimiza a gravidade do Holocausto será tratada com rigor, coibindo práticas discriminatórias (Câmara dos deputados, 2025, p.2).

Tal confusão deliberada entre crítica política e preconceito religioso produz um deslocamento perigoso. Enquanto o antissemitismo constitui uma forma histórica e amplamente documentada de discriminação contra judeus, o antissionismo refere-se a críticas dirigidas a um projeto político específico ou às políticas do Estado de Israel. Ao colocar ambas as categorias no mesmo patamar jurídico, o PL 472/2025 não apenas distorce a natureza do debate público, mas também busca interditar, por via penal, discursos legítimos no campo democrático, especialmente os que contestam os fundamentos teológicos, geopolíticos ou éticos do sionismo cristão e suas influências no Brasil.

A proposta de criminalização apresentada pelo PL 472/2025 atende diretamente a um projeto político impulsionado por interesses religiosos específicos e alimentado pela polarização intensificada no país nos últimos anos. Trata-se de uma estratégia que busca deslegitimar o pensamento divergente, restringindo a pluralidade interpretativa e atacando princípios fundamentais da democracia, como o debate público, a liberdade de crítica e a distinção entre ideologias políticas e identidades religiosas. Ao transformar uma posição política, o antissionismo, em potencial crime, o projeto opera uma tentativa de silenciar vozes dissidentes e proteger determinadas agendas de qualquer escrutínio crítico.

No momento da redação deste trabalho, o projeto encontra-se Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR). A tramitação nessa comissão é especialmente relevante, pois evidencia o paradoxo de uma proposta que, sob o pretexto de combater discriminações, pode, na prática, reforçar mecanismos de supressão de direitos, enfraquecendo o próprio campo da proteção às minorias e à liberdade de expressão.

3.1.4 Celebração do dia do perdão

Observa-se também a presença recorrente de argumento filossemitista em diferentes proposições legislativas. Entre elas, destacam-se os projetos do deputado Adailton Barroso (2023), membro do partido PL, e do deputado Kim Katagiri (2022), do MISSÃO, ambos propondo a instituição do “Dia do Perdão” como referência direta ao *Yom Kippur*, data sagrada no calendário judaico.¹⁴

O deputado Adailton Barroso três elementos se destacam, sendo o primeiro deles o apelo explícito à noção cristã de pecado: “*Ao longo de todo o ano o homem comete toda sorte de erros e pecados, voluntários e involuntários*”. Tal afirmação evidencia categorias religiosas mobilizadas para fundamentar políticas públicas, deslocando para o campo legislativo concepções morais que derivam diretamente da cosmologia cristã. Observa-se a tendência de utilizar a religião e, particularmente, a moral bíblica, como parâmetro para estabelecer critérios de correção, virtude ou desvio, atribuindo ao Estado a função de validar normas éticas que emergem de uma tradição confessional específica.

O segundo ponto digno de atenção é a afirmação de que “*o povo brasileiro é amigo do povo judeu*”, argumento recorrente não apenas nesse projeto de lei, mas em diversas proposições de cunho semelhante. Tal enunciado opera como dispositivo retórico que busca posicionar o Brasil de maneira unilateral no campo diplomático, sugerindo uma afinidade histórica, afetiva e política naturalizada entre ambas as nações. Funciona como marcador ideológico, alinhando o país, simbolicamente, ao Estado de Israel e às leituras teológicas que sustentam o sionismo cristão.

Por fim, e longe de ser o elemento menos relevante, observa-se, na justificativa do PL 4929/2023, uma tentativa evidente de reforçar, ou mesmo forçar, a ideia de proximidade histórica e identitária entre Brasil e judaísmo por meio da disseminação de uma informação comprovadamente falsa. O texto do projeto afirma que o nome *Brasil* teria origem no hebraico, argumentando que “*Brasil*” teria sido grafado originalmente como *Brazil*, derivado de *pau-de-ferro*, e que “*Brasil*” em hebraico corresponderia a לִיזְרָב (*barzel*, ferro). Essa narrativa, amplamente propagada em redes sociais e espaços de militância religiosa, substitui o consenso historiográfico, que vincula o nome do país ao *pau-brasil*, por uma construção simbólica teológica que visa sustentar uma suposta conexão espiritual e linguística com o judaísmo.

A utilização deliberada de um dado inverídico na justificativa de uma proposição legislativa revela que o compromisso com a veracidade histórica e científica não se coloca

¹⁴ Projeto de lei de número 4929/2023, no momento da escrita deste trabalho, o PL foi devolvida ao autor com base no art. 137, §1º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por não atender ao estabelecido no art. 4º da Lei 12.345/2010.

como prioridade quando a intenção é legitimar interesses ideológicos. Nesse caso, a manipulação da memória e da linguagem atua como dispositivo de persuasão política, capaz de produzir vínculos identitários artificiais para sustentar a expansão de agendas associadas ao sionismo cristão.

3.1.5 Notas de repúdio

Para além dessas decisões que incidem diretamente sobre a política externa brasileira, observa-se, nos últimos anos, especialmente após outubro de 2023, quando o conflito entre Israel e Palestina se intensificou, um aumento significativo no número de notas de repúdio, requerimentos de informação e pedidos formais de esclarecimento relacionados a discursos e posicionamentos públicos de lideranças da base governista.

Esse movimento crescente revela como a disputa pelo controle das narrativas tem se intensificado no campo político brasileiro. Setores da oposição passaram a instrumentalizar o conflito Israel–Palestina, apropriando-se da pauta para defender interesses próprios e para ampliar a presença de agendas teológico-políticas no debate público. Ao fazerem do conflito um recurso simbólico, esses grupos contribuem para a expansão da teologia do domínio, que busca orientar a esfera política a partir de princípios religiosos específicos.

O espaço conquistado pelo sionismo cristão no parlamento brasileiro nos últimos anos é resultado direto da atuação incisiva da chamada bancada evangélica, cuja presença se consolidou como força política capaz de pautar e impulsionar proposições legislativas alinhadas a perspectivas teológicas e pró-Israel. A maior parte dessas iniciativas tem sido articulada por parlamentares ligados a partidos de direita e extrema-direita, demonstrando que tal alinhamento não se dá apenas no campo religioso, mas também no ideológico e geopolítico. Diversos projetos, moções de apoio ao Estado de Israel, discursos oficiais e aproximações diplomáticas emergem desse núcleo político-religioso, evidenciando que o sionismo cristão encontra ressonância, no contexto brasileiro, sobretudo em setores conservadores que associam defesa religiosa, identidade nacional e política externa.

Desse modo, é possível afirmar que, no cenário político atual, o sionismo cristão no Brasil apresenta predominância, quando não exclusividade, dentro de espectros partidários de direita, onde sua base simbólica, retórica moral e argumentos escatológicos encontram terreno fértil para se traduzirem em ação legislativa.

3.2 GUERRA SIMBÓLICA E CULTURAL

O uso simbólico de Israel por grupos evangélicos articulados ao campo político brasileiro tem contribuído para o fortalecimento de uma retórica recorrente nos últimos anos: a narrativa da “igreja perseguida”. Tal discurso, ao ser difundido estrategicamente em ambientes legislativos, midiáticos e eclesiais, busca construir a imagem do cristianismo, especialmente do segmento evangélico, como alvo constante de ameaças externas e internas. Assim, Israel não aparece apenas como referência teológica, mas também como espelho identitário: um povo que resiste, sobrevive e triunfa diante de inimigos.

Bolton (2025) afirma que “é crucial entender que o cristianismo oferece aos judeus a máquina de guerra, e os judeus oferecem aos cristãos a mitologia da revelação original. Esses dois elementos, unidos na forma de ‘eleição’, compõem a máquina mitológica voltada para esta mais recente ‘cruzada’”. A partir dessa leitura, evidencia-se uma lógica de reciprocidade simbólica: os cristãos encontram no imaginário judaico a legitimidade histórica e religiosa que sustenta seu projeto identitário, enquanto setores do judaísmo político se beneficiam do apoio numérico, financeiro e geopolítico fornecido pelo cristianismo, especialmente por sua vertente sionista.

Rocha (2023) é preciso em apontar a definição de guerra cultural que tem sustentado essas lógicas nos últimos anos.

A guerra cultural é uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem trégua inimigos imaginários, mantendo a militância em estado permanente de excitação. Sua força consiste em associar a ação política à dinâmica das redes sociais, produzindo um curto-circuito no sistema político representativo por meio de engajamento típico do universo digital (Rocha, 2023, p. 19).

A guerra cultural funciona como uma estratégia organizada de produção de inimigos, construção de identidades políticas rígidas e mobilização permanente das emoções coletivas. Não se trata apenas de divergências ideológicas, mas de um método de ação contínua que reorganiza o debate público a partir da lógica da polarização, do combate e da crença de que todo o campo social é um território em disputa moral.

O objetivo, antes centrado no controle político-administrativo, desloca-se progressivamente para a manutenção de um estado permanente de polarização. Importa menos conquistar o poder de forma estável do que garantir que o conflito nunca se encerre. Trata-se de uma lógica que opera pela produção contínua de instabilidade, pois é ela que mantém

mobilizados os grupos convocados para a disputa. Em outras palavras, o conflito torna-se um fim em si mesmo: não se busca a pacificação do campo político, mas a perpetuação da tensão como mecanismo de coesão identitária e ferramenta de governo. Esse movimento como método da guerra cultural, depende da existência constante de inimigos, crises e urgências morais. A permanência do embate alimenta a sensação de missão histórica, reforça lealdades e impede o retorno a uma normalidade democrática baseada na negociação e no pluralismo.

A guerra cultural somente triunfa ao personalizar as causas dos processos históricos, isto é, ao concretizar o falso moralismo da pauta de costumes em indivíduos que passam a canalizar violência gerada pela radicalização ideológica, tornando-se alvos de perseguição marcada pelo ódio e mesmo mesmo pelo desejo de eliminação física do outro (Rocha, 2023, p. 21).

Ao mobilizar afetos, narrativas bíblicas e a noção de missão divina, esse movimento insere-se na disputa simbólica pela definição do que é o Brasil, quem o representa e quais valores devem orientá-lo. O sionismo cristão, assim, não cresce apenas por força institucional, mas porque opera dentro de uma matriz que transforma política em identidade religiosa e oposição em ameaça existencial.

A narrativa pentecostal clássica, cuja ênfase residia na batalha espiritual contra demônios situados em uma dimensão sobrenatural e essencialmente privada, passa por um processo de reconfiguração profunda. A guerra espiritual deixa de ser exclusivamente uma dinâmica interior, voltada ao indivíduo e à santificação pessoal, e torna-se um dispositivo político. Os “demônios”, antes abstratos e metafísicos, ganham corpo, rosto e nome, agora são artistas, ativistas, movimentos sociais e partidos de esquerda.

Nesse deslocamento, a teologia da batalha espiritual se materializa como guerra cultural. O que era disputa no plano da fé converte-se em combate nas arenas institucionais. A guerra já não é apenas um símbolo religioso. Trata-se de uma mudança de paradigma: os inimigos espirituais se traduzem em adversários ideológicos; o “reino das trevas” passa a ser associado ao campo progressista; e a salvação da nação confunde-se com a conquista do Estado.

O grande trunfo da guerra cultural reside em sua extraordinária capacidade de mobilização. Trata-se de um dispositivo que produz pertencimento, constrói comunidade e solidifica identidades a partir de afetos negativos, sobretudo medo, ressentimento e a percepção de que os valores morais da sociedade estão sob ataque iminente. A sensação de ameaça

funciona como cola social: quanto maior o risco percebido, maior o engajamento do grupo mobilizado para a defesa do que interpreta como “verdade”, “família”, “nação” ou “fé”.

A guerra cultural opera por meio de narrativas que desenham um cenário apocalíptico e convocam seus seguidores para a batalha final pela sobrevivência moral do país. Para que esse arranjo funcione, torna-se necessário a criação de um líder, não apenas político, mas messiânico, investido da autoridade simbólica de libertador. Ele é apresentado como aquele capaz de resistir ao avanço do “mal”, interpretar os sinais do tempo e conduzir a nação ao seu destino espiritual. A figura do líder, assim, não é acessória: ela é a peça central que organiza o imaginário da guerra cultural, funciona como pastor-guia do rebanho e legitima a luta como missão sagrada.

Curiosamente, é justamente no auge de seu poder político e capacidade de mobilização que setores evangélicos intensificam a retórica da perseguição. A narrativa da *cristofobia* emerge como elemento estruturante desse discurso, apesar de o Brasil ser um país majoritariamente cristão desde sua formação histórica, cultural e jurídica. Surge, então, uma contradição que merece ser destacada: como pode o grupo religioso hegemônico, se autodefinir como perseguido?

A resposta, no entanto, não está no campo dos fatos, mas no campo da produção simbólica. A sensação de perseguição não é derivada de um contexto real de opressão, mas amplificada como mecanismo de coesão interna e fidelização política. Ao apresentar-se como vítima, o grupo majoritário cria um cenário de vulnerabilidade imaginada que justifica sua reação ofensiva, sua expansão missionária e sua presença agressiva no espaço público. Em outras palavras, a perseguição é menos vivida do que performada e essa performance se converte em combustível afetivo para a guerra cultural.

O trabalho de Sandson Costa e Francisco Silva (2024) demonstra como essa narrativa se institucionaliza e serve a múltiplos propósitos. Em primeiro lugar, marcar território: ao inscrever referências bíblicas, datas religiosas e discursos teológicos no âmbito estatal, afirma-se que o Estado reconhece e privilegia a sensibilidade cristã como matriz moral da nação, naturalizando sua supremacia cultural. Em segundo lugar, atua para silenciar críticos: a sacralização do debate público produz um ambiente de autocensura, no qual intelectuais, artistas, jornalistas e ativistas evitam questionar práticas ou discursos religiosos por receio de retaliações, processos judiciais ou linchamentos virtuais. Por fim, contribui para fidelização eleitoral: políticos que se apresentam como defensores da fé contra os supostos “leões” do secularismo transformam a disputa eleitoral em cruzada espiritual, mobilizando medo, ressentimento e compromisso religioso.

É neste ponto que a imagem de Israel se funde organicamente com a identidade evangélica brasileira. Israel não é apresentado, no discurso das lideranças religiosas, como um Estado moderno, laico, plural, com disputas internas e contradições próprias; ele é reinterpretado como a encarnação contemporânea da “nação eleita”, um corpo místico sob constante ameaça de destruição, cercado por inimigos que buscam sua eliminação total. A realidade dá lugar a uma teologia dramática, não se fala de território, política externa ou direitos internacionais, mas de aliança, promessa e batalha espiritual.

Ao se identificarem com Israel, setores evangélicos importam também essa narrativa de cerco existencial. A lógica opera por analogia direta: assim como Israel é visto como perseguido, cercado, alvo de inimigos que o odeiam, o cristão brasileiro também passa a se perceber como atacado por forças seculares, progressistas e anticristãs.

Outra característica essencial dessa guerra cultural é o proselitismo, entendido não apenas como anúncio da fé, mas como projeto de expansão religiosa com pretensões normativas sobre o espaço público. Trata-se de um movimento frequentemente marcado por traços colonizadores e que reivindica para si o monopólio da verdade moral e espiritual e, a partir disso, busca substituir a diversidade religiosa por uma homogeneidade cristã-evangélica. O proselitismo assume, assim, caráter político e não apenas missionário: evangelizar não se limita a converter indivíduos, mas visa converter o Estado, suas instituições, suas leis e seus símbolos.

Anéas (2024) observa que a esfera pública torna-se, um campo ampliado de evangelização, um mecanismo de conversão moral e cultural do Estado e da sociedade, funciona como mediação estratégica para implantação de um projeto religioso de poder.

Esse ímpeto missio-colonizador está presente no modo de pensar a coisa pública. Não se trata do bem comum. Não se trata da possibilidade de pluralidade religiosa. Não se trata de uma postura estadista e republicana. O envolvimento na coisa pública é, na verdade, um disfarce para o “missionário colonizador” colocar seu plano religioso em ação dentro do ambiente político, cujo impacto “missiológico” é muito maior e mais contundente do que se operado a partir e somente das igrejas locais (Anéas, 2024, p. 41).

O resultado é um proselitismo institucionalizado, capaz de moldar políticas públicas, escolarização, mídia e costumes segundo uma matriz teológica específica.

A cristofobia funciona, nesse contexto, como um escudo discursivo de autodefesa: ao reivindicar para si o lugar do injustiçado, os grupos evangélicos mobilizam uma retórica de guerra e inocência que impede o questionamento de suas práticas e intenções políticas. A

posição discursiva de vítima permite que críticas externas sejam neutralizadas, como também legitima respostas ofensivas em nome da proteção da fé. Controla-se, assim, a narrativa e seu alcance, onde, opositores são deslocados para a posição de opressores potenciais. Neste movimento permite-se um duplo efeito: de um lado, blinda-se o grupo contra acusações de autoritarismo ou expansionismo religioso; de outro, cria-se um ambiente em que qualquer contestação é lida como ataque à fé cristã, não a um projeto político.

A metáfora de Israel atua como eixo simbólico que conecta teologia, identidade e projeto político no imaginário evangélico brasileiro. Transformado em emblema da nação eleita sob ameaça permanente, Israel oferece o arquétipo pelo qual a igreja interpreta a si mesma e seus adversários. Assim, defender Israel converte-se em defender a própria fé; atacar Israel equivale a atacar o cristianismo.

Essa fusão identitária sustenta práticas de mobilização, legitima discursos de perseguição e orienta a busca por poder estatal. Por isso, desconstruir o uso político dessa metáfora torna-se passo indispensável para compreender os impasses da democracia brasileira no século XXI, marcada por tensões entre pluralidade e projetos de sacralização da esfera pública.

3.3 IMPACTOS NO CENÁRIO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

A atuação desses grupos, sustentada por uma matriz religiosa que orienta discursos e escolhas políticas, têm produzido instabilidades constantes no cenário institucional brasileiro, gerando conflitos em setores diversos da esfera pública. Essa presença não se limita à formulação de proposições legislativas: ela se manifesta também em ações simbólicas, como viagens de parlamentares da Frente Evangélica ao Estado de Israel. Embora muitas dessas viagens sejam realizadas inicialmente com caráter privado, tornam-se posteriormente ressignificadas como eventos oficiais, sobretudo quando publicadas em redes sociais e utilizadas como demonstração de alinhamento político, teológico e diplomático.

Não estamos diante apenas de um simples alinhamento de interesses diplomáticos, mas da internalização de uma “identidade evangélica sionista”, que transforma a percepção de nacionalidade e cidadania de milhões de brasileiros. Trata-se de um processo alimentado por diversos grupos internacionais que conectam o Brasil aos Estados Unidos e a Israel, nas quais referências teológicas e estratégias políticas se articulam de modo orgânico. Nesse contexto, a bandeira de Israel passa a operar não apenas como símbolo religioso, mas como estandarte de

uma “guerra cultural”, mobilizada contra o secularismo, o progressismo e as esquerdas políticas.

Para ampliar sua legitimidade e capilaridade social, tais ideias sionistas buscam ganhar força e espaço ao se articular com outras pautas consideradas centrais para o debate público, como a defesa de valores morais conservadores, a oposição a políticas identitárias e a crítica às instituições laicas do Estado.

Ao analisarmos essas práticas, torna-se evidente que a defesa do Estado de Israel e a promoção de uma visão sionista de mundo deixaram de se limitar aos púlpitos e aos espaços estritamente religiosos, passando a se expressar de forma concreta em projetos de lei, currículos escolares, produções televisivas financiadas com recursos públicos, entre outras frentes de intervenção no espaço público. Esse deslocamento revela um processo de transposição de narrativas teológicas para o campo das políticas públicas, no qual conteúdos confessionais são reformulados como discursos de interesse nacional, moral ou civilizacional.

Por fim, serão detalhadas as engrenagens dessas articulações, evidenciando como o sionismo cristão, particularmente por meio de seus braços entrelaçados à teologia do domínio e ao dispensacionalismo, é convertido em estratégias sistemáticas de ocupação e controle de espaços institucionais.

3.3.1 Sionismo cristão na educação

A teologia do domínio, conforme mencionado no capítulo anterior, orienta-se pela intenção explícita de alcançar e exercer influência sobre diferentes esferas da vida social, sendo o campo da educação uma de suas frentes mais estratégicas, senão a mais decisiva. A centralidade atribuída à educação decorre de sua capacidade de produzir consensos, moldar visões de mundo e formar subjetividades, operando diretamente na definição dos limites do pensamento crítico e do pluralismo.

Nos últimos anos, essa agenda tem sido colocada em evidência, sobretudo, por meio do apoio e da articulação em torno de iniciativas como o projeto Escola sem Partido e a defesa do homeschooling, apresentados publicamente como propostas de neutralidade ideológica ou de liberdade educacional. Ou mesmo as recentes discussões acerca da legitimidade dos chamados “intervalos bíblicos” nas escolas públicas e dos limites da laicidade estatal evidenciam que a educação constitui um campo permanente de disputa. Trata-se de uma arena em disputa há muitos anos, na qual diferentes projetos de sociedade confrontam-se em torno do papel do Estado, da religião.

Tais projetos funcionam, na prática, como dispositivos de intervenção moral e política, alinhados a uma racionalidade teológico-conservadora que busca reconstruir o papel da escola, fragilizar a educação pública e subordinar os processos educativos a valores religiosos específicos.

Não nos deteremos, neste momento, na avaliação detalhada ou na teorização exaustiva desses projetos, uma vez que tal empreendimento extrapolaria os limites e os objetivos deste trabalho. O foco da análise recairá, antes, sobre os modos pelos quais a articulação entre religião e política se apropria dessas iniciativas, valendo-se delas como instrumentos estratégicos de legitimação, expansão de influência e ocupação do espaço público.

Liderado por figuras como Miguel Nagib¹⁵ e amplamente apoiado pela bancada evangélica, esse movimento, sob o pretexto discursivo de combater a chamada “doutrinação ideológica”, opera como um mecanismo de controle simbólico e pedagógico, voltado ao silenciamento sistemático de perspectivas críticas sobre a história, a organização social e a geopolítica contemporânea.

Moura (2016), em *Escola sem Partido: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História*, analisa de forma crítica as conexões entre educação e o avanço do fundamentalismo religioso, evidenciando a expansão do fenômeno. A autora demonstra que iniciativas como o Escola sem Partido operam como vetores de mediação entre agendas religiosas conservadoras e políticas educacionais, produzindo efeitos diretos sobre o ensino ao tensionar o princípio da laicidade do Estado e ao restringir abordagens críticas e pluralistas no ambiente escolar

Acreditamos ter encontrado ao longo da pesquisa indícios suficientes para afirmar que o Movimento Escola Sem Partido não é algo isolado com relação ao cenário político e ideológico brasileiro. Acreditamos ter demonstrado como o movimento insere-se na lógica de contenção da laicização da sociedade e secularização do Estado, tal como defendido por Cunha. Os mesmos parlamentares, que propuseram as leis programa ESP e congêneres, foram autores dos projetos de lei contrários ao aborto, à eutanásia, a direitos da população LGBT, que contrariam a tradicional moral cristã. Seus discursos baseiam-se na defesa da família (tradicional) e contra tudo que identifiquem como uma tentativa de destruição desta, como, por exemplo, a discussão de gênero, identificada por estes grupos como “ideologia de gênero” (Moura, 2016, p. 98).

¹⁵ Advogado brasileiro Miguel Nagib ficou nacionalmente conhecido por ser o fundador e principal idealizador do movimento “Escola Sem Partido”, criado em 2004 no Brasil. Embora não seja pesquisador da área educacional nem docente, Nagib atuou como intelectual orgânico do movimento conservador, formulando seus princípios, discursos e propostas legislativas.

A chegada e a crescente adesão ao *homeschooling* no Brasil foram influenciadas, por diálogos e redes missionárias ligados a grupos cristãos conservadores, especialmente por meio de referências ao modelo estadunidense de educação domiciliar. A noção de *guerra cultural*, articulada à teologia do domínio, exerceu papel significativo na promoção desse modelo educacional. Ao ser transposta para o Brasil, essa perspectiva é atualizada com tonalidade semelhante, estruturando uma narrativa que identifica o ambiente escolar como um espaço de disputa moral. Nesse discurso, a escola passa a ser representada como um locus de ameaça àquilo que é concebido como valores cristãos ocidentais, construindo a imagem de um inimigo, associado a ideologias percebidas como destrutivas à fé e a família.

Curiosamente, na mesma época em que as primeiras famílias protestantes estavam recepcionando o *homeschooling* no Brasil, o jornalista e autointitulado “filósofo”, Olavo de Carvalho, já falava do *homeschooling* e influenciava, através do seu canal no Youtube e do seu curso online de filosofia (COF), o que viria a ser o movimento da nova direita no Brasil. Olavo influenciou uma geração de praticantes do *homeschooling* com viés religioso no Brasil. A partir de seus vídeos, textos publicados em jornais e blogs, muitas pessoas foram incentivadas a tirar seus filhos da escola e educá-los em casa (Silva, 2025, p. 44).

É relevante destacar o papel de Olavo de Carvalho no cenário intelectual da direita conservadora brasileira. Frequentemente referido como o “guru intelectual” do bolsonarismo, Carvalho exerceu influência significativa na formulação e difusão de ideias centrais desse campo político-ideológico, especialmente por meio de sua atuação como formador de opinião e articulador de narrativas de caráter anticomunista e culturalmente reacionário. Entre os temas por ele mobilizados, destacam-se aproximações com discursos sionistas cristãos, bem como a defesa enfática da educação domiciliar, apresentada como alternativa à escola formal, percebida por ele como espaço de doutrinação ideológica. A influência de Olavo sobre os protestantes, no que diz respeito ao *homeschooling*, vai além das barreiras religiosas e denominacionais e consegue superar até mesmo o anticatolicismo dos protestantes brasileiros (Silva, 2025).

A defesa enfática do *homeschooling* (educação domiciliar) por parte de grupos religiosos conservadores no Brasil também deve ser interpretada à luz dessa mesma lógica. A eventual regulamentação dessa prática possibilita que determinadas famílias, principalmente as evangélicas retirem seus filhos do convívio escolar plural e laico, submetendo-os a processos educativos conduzidos exclusivamente por materiais e metodologias alinhados a uma cosmovisão religiosa específica, frequentemente associada ao sionismo cristão.

Nesse contexto, plataformas educacionais e editoras voltadas para esse nicho, como iniciativas do tipo *Família Educadora* ou adaptações de materiais confessionais, a exemplo dos produzidos em ambientes adventistas¹⁶ passam a oferecer currículos nos quais a história de Israel é apresentada de forma central, sacralizada e desprovida de mediações críticas, operando como eixo organizador da leitura histórica e geopolítica do mundo. Tal arranjo curricular garante a reprodução ideológica sem o contraditório próprio do espaço público escolar, no qual diferentes perspectivas são confrontadas. O *homeschooling* funciona, assim, como um mecanismo de isolamento cultural que perpetua a lógica israelense nas novas gerações

O ensino superior também passa a ser colocado em disputa, configurando-se como um campo estratégico de disputa de narrativas e como alvo de ações coordenadas de lobby sionista. Universidades, centros de pesquisa e eventos acadêmicos tornam-se espaços privilegiados dessa disputa, na medida em que produzem conhecimento, legitimam discursos e influenciam a formação das elites intelectuais e políticas.

Nesse sentido, em agosto de 2025, o jornal *Pública* publicou uma matéria denunciando o avanço do lobby sionista na definição de pautas, debates e eventos acadêmicos, bem como sua presença em universidades brasileiras de grande relevância, como a Universidade de São Paulo (USP). Tais iniciativas evidenciam tentativas de interferência no campo acadêmico, com o objetivo de enquadrar discussões críticas, constranger abordagens dissidentes e moldar a produção intelectual segundo interesses político-ideológicos específicos.

3.3.2 Cultura e Mídia

A hegemonia não se constrói apenas por meio de leis, políticas públicas ou currículos escolares, mas sobretudo pela captura do imaginário social. Nesse sentido, a aliança político-religiosa investe de forma sistemática e intensiva na produção cultural e midiática, operando no nível dos afetos, das imagens e das narrativas cotidianas. Tal investimento visa normalizar e naturalizar uma estética e uma narrativa sionista no espaço público brasileiro, deslocando-as do campo do debate para o da evidência moral.

Como exemplo emblemático desse processo, podem ser citadas as grandes produções de telenovelas bíblicas exibidas pela Rede Record, emissora de televisão pertencente ao bispo

¹⁶ Informações sobre o homeschooling, bem como sobre materiais didáticos, orientações pedagógicas e diretrizes curriculares, podem ser encontradas com relativa facilidade na internet, por meio de plataformas digitais, editoras especializadas, cursos on-line e redes de apoio voltadas a esse público. Esses ambientes virtuais não apenas difundem conteúdos instrucionais, mas também atuam como espaços de socialização ideológica, nos quais determinadas visões de mundo são sistematicamente reforçadas e legitimadas.

Edir Macedo, já mencionado anteriormente. Nas últimas décadas, a emissora redirecionou de modo sistemático sua produção dramaturgica para narrativas bíblicas de caráter épico, como *Os Dez Mandamentos*, *A Terra Prometida*, *Reis* e *Jezabel*, consolidando um modelo de entretenimento religioso de grande alcance popular.

Essas produções realizam uma operação ideológica sofisticada, ao traduzirem o texto bíblico em imagens audiovisuais marcadas por uma estética hollywoodiana, grandiosa e emocionalmente envolvente. Ao fazê-lo, não apenas dramatizam narrativas religiosas, mas produzem um imaginário visual normativo sobre as origens e a história de Israel, apresentando-o como eixo fundador de uma ordem moral e civilizacional. Tal visualização tende a naturalizar determinadas leituras teológicas e políticas, reduzindo a complexidade histórica e silenciando abordagens críticas, ao mesmo tempo em que reforça afetivamente uma identificação simbólica entre o público espectador e uma narrativa sionista cristã sacralizada.

Um dado particularmente revelador desse processo é o fato de que, durante o governo Bolsonaro, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) adquiriu, por valores milionários, os direitos de exibição da telenovela *Os Dez Mandamentos* para transmissão na TV Brasil, emissora pública estatal. Tal iniciativa configurou uma forma de financiamento público direto de uma narrativa religiosa confessional, alinhada simultaneamente aos interesses ideológicos de uma denominação religiosa específica e a uma leitura sacralizada da história de Israel.

Antes que a compra de *Os dez mandamentos* tenha sido realizada, com efeito, já estavam em curso discussões envolvendo agentes da cultura do governo federal em favor da veiculação, pelo canal público, de “programações para a família”. Essas negociações teriam acontecido no âmbito da pasta da Cultura, transformada em uma “secretaria especial” pelo governo em exercício; perdendo, portanto, sua posição de ministério. Em medida provisória editada em 1º de janeiro de 2019, data da própria posse de Bolsonaro, o governo eleito extinguiu o Ministério da Cultura e criou, para o tema, a Secretaria Especial da Cultura, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania e posteriormente alocada no Ministério do Turismo (Scola, 2023, p. 8).

A utilização de uma emissora pública para a difusão desse conteúdo não pode ser compreendida como mera decisão cultural ou de entretenimento, mas como uma operação político-ideológica, na qual recursos estatais foram mobilizados para legitimar e normalizar uma visão de mundo sionista-cristã no espaço público. Ao ser veiculada como produto cultural nacional, essa narrativa religiosa particular é deslocada do campo da fé para o da cultura compartilhada, tensionando frontalmente o princípio da laicidade do Estado e contribuindo para a confusão entre identidade religiosa, projeto político e representação da nação.

A análise dos impactos internos evidencia que o sionismo cristão no Brasil não pode ser compreendido como um fenômeno periférico ou episódico, mas como uma força estruturante que passou a penetrar de maneira profunda e sistemática o tecido social, político e simbólico do país. A aliança político-religiosa estabelecida entre setores do evangelicalismo conservador e o sionismo ultrapassa o mero apoio diplomático ou religioso ao Estado de Israel.

Trata-se, antes, de um projeto ideológico de nova identidade social, no qual Israel é mobilizado como modelo normativo para a reconstrução moral, política e cultural do Brasil. Nesse enquadramento, categorias teológicas e narrativas bíblicas são instrumentalizadas para legitimar visões autoritárias de ordem, soberania e identidade nacional, convertendo um referencial geopolítico externo em parâmetro simbólico para a reorganização do espaço público brasileiro.

A onipresença e o caráter sistêmico dessa agenda tornam-se evidentes na forma como ela se manifesta de maneira articulada em diferentes esferas estratégicas da vida social. No campo da educação, essa agenda opera por meio da reescrita seletiva da história e do enfraquecimento do pensamento crítico, promovendo o isolamento das novas gerações em relação à pluralidade epistemológica. Tal dinâmica se expressa tanto na defesa do homeschooling quanto em mecanismos de censura pedagógica e vigilância docente, que limitam o debate e interditam abordagens críticas.

Na esfera da cultura e da mídia, observa-se a naturalização estética e simbólica do sionismo cristão, viabilizada por produções de massa de amplo alcance, frequentemente financiadas direta ou indiretamente com recursos públicos, além da circulação de uma literatura escatológica popular que reforça afetos, medos e expectativas apocalípticas.

Imagens da bandeira de Israel em cultos, músicas com temática judaica, transmissões ao vivo de caravanas à “Terra Santa” e interpretações proféticas de eventos internacionais criam uma atmosfera em que o apoio irrestrito a Israel se torna parte presente na sociedade. O algoritmo das redes, ao reforçar conteúdos com alto engajamento emocional, contribui para consolidar bolhas informacionais nas quais essa perspectiva circula sem contraponto.

No âmbito do direito e da política institucional, essa agenda se consolida por meio da formalização normativa da aliança político-religiosa, expressa em iniciativas legislativas e decisões de política externa que tensionam a laicidade do Estado e, em determinados casos, subordinam o interesse nacional a matrizes teológicas e dogmas escatológicos. Em conjunto, esses processos evidenciam um movimento de colonização do espaço público, no qual distintas esferas institucionais passam a operar de forma convergente na produção e manutenção de uma hegemonia religioso-política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender de que maneira o sionismo cristão conquistou espaço e se consolidou no Brasil contemporâneo, analisando também as implicações desse fenômeno para a configuração do espaço público e para as relações entre religião, política e produção de agendas públicas.

Ao longo deste processo, demonstrou-se que o sionismo cristão constitui um fenômeno complexo, cuja compreensão não pode se limitar ao viés religioso entendido apenas como expressão de crenças individuais. Interpretá-lo exclusivamente sob essa perspectiva implicaria uma leitura superficial e insuficiente. Trata-se, na realidade, de um fenômeno multifacetado, que envolve a articulação de redes religiosas, lideranças midiáticas, organizações internacionais e atores políticos, capazes de mobilizar símbolos, discursos e práticas com impacto direto na configuração da esfera pública.

A defesa do Estado de Israel no Brasil mobiliza narrativas teológicas que operam como um importante elemento de coesão ideológica, funcionando como uma espécie de “cola simbólica” que articula crenças religiosas, identidades coletivas e projetos políticos, que mobilizam os diferentes setores do cristianismo evangélico brasileiro.

Ao recuperar elementos do dispensacionalismo, da escatologia apocalíptica e de outras tradições interpretativas do protestantismo, foi possível compreender como essas leituras teológicas passaram a oferecer base simbólica e doutrinária para a sacralização do Estado de Israel como “terra santa”, estabelecendo, assim, vínculos espirituais e políticos entre comunidades evangélicas brasileiras e o projeto político associado ao Estado israelense.

A investigação evidenciou que esse movimento se sustenta por meio da atuação de lideranças religiosas e midiáticas que desempenham papel central na difusão e legitimação de suas narrativas. Essas lideranças operam como mediadoras entre o discurso teológico e o campo político, mobilizando interpretações bíblicas, símbolos judaicos e narrativas escatológicas para sustentar uma visão específica da história e da política internacional. Ao mesmo tempo, tais atores constroem redes de influência que ultrapassam os limites institucionais das igrejas, alcançando também as mídias.

A análise de casos específicos permitiu observar como discursos e referências teológicas associadas ao sionismo cristão passaram a ser mobilizados na formulação de projetos legislativos, na produção de discursos oficiais e na construção de iniciativas diplomáticas relacionadas ao Estado de Israel. Nesse processo, conteúdos originalmente confessionais são frequentemente apresentados como expressões de interesses nacionais,

valores civilizacionais ou princípios morais universais, contribuindo para a circulação institucional de narrativas fortemente marcadas por elementos teológicos.

O crescimento da influência do sionismo cristão ocorre em estreita relação com a expansão da presença evangélica na esfera pública brasileira, especialmente a partir da intensificação da atuação da chamada bancada evangélica no parlamento. Esse processo revela uma convergência entre discursos religiosos e agendas conservadoras. Mais do que um conjunto de crenças religiosas, ele funciona como matriz narrativa capaz de organizar identidades, orientar posicionamentos políticos e legitimar projetos de poder. Ao mobilizar categorias como “valores judaico-cristãos”, “povo escolhido” ou “terra prometida”, essas narrativas contribuem para a construção de uma cosmovisão que interpreta conflitos políticos e sociais a partir de uma lógica teológica.

A extrema direita passa a mobilizar o apoio irrestrito ao Estado de Israel como marcador identitário. Defender Israel torna-se sinal de fidelidade bíblica, amor a Deus e pertencimento. Essa defesa, entretanto, não se estrutura prioritariamente em torno da complexidade histórica do conflito Israel e Palestina, mas como elemento de uma narrativa civilizacional: Israel é apresentado como bastião do Ocidente judaico-cristão frente ao não cristão, secular e pautas progressistas.

Ao vincular política externa à leitura literalista da bíblia, cria-se um eixo mobilizador capaz de alinhar lideranças e fiéis a projetos de poder nacionais. O apoio a Israel passa a operar como peça de um arranjo maior, no qual extrema direita, moral e teologia se articulam. A fidelidade a Israel deixa de ser apenas convicção teológica e transforma-se em ferramenta de coesão ideológica.

A teologia do domínio emerge como um importante horizonte teológico-político. Longe de constituir uma associação casual, a convergência entre essas narrativas revela um projeto deliberado de expansão da influência religiosa sobre a esfera pública, no qual a conquista de espaços institucionais e produção de agendas legislativas tornam-se estratégias centrais.

O sionismo cristão apresenta-se como uma das faces mais problemáticas do sionismo, na medida em que o sagrado é mobilizado não como espaço de mistério ou transcendência, mas como linguagem de legitimação para projetos de colonização e domínio. Nesse enquadramento, a dimensão religiosa deixa de abrir possibilidades de encontro com a alteridade e passa a funcionar como justificativa simbólica para a imposição de poder. Nesse cenário, o rosto do outro se dissolve, reduzido a obstáculo dentro de uma narrativa teológica que transforma conflitos históricos e políticos em imperativos sagrados. Quando a fé é instrumentalizada dessa

maneira, o que se perde não é apenas a complexidade da realidade, mas também a própria possibilidade ética de reconhecer a humanidade do outro.

Medidas e discursos avançam quase sem resistência, o projeto de poder associado ao sionismo cristão vai ganhando forma, espaço e legitimidade. Amparado por narrativas religiosas, esse projeto encontra acolhimento tanto no interior das igrejas e das casas, sob a justificativa da fé, quanto nos espaços públicos e institucionais, onde passa a influenciar discursos, agendas e posicionamentos políticos.

Pouco a pouco, o Deus cristão parece ser deslocado dos altares e substituído pela projeção dos desejos mais sombrios de poder e controle. Nesse movimento, a divindade deixa de ser compreendida como alteridade radical e passa a ser pensada como espelho, imagem e semelhança do próprio sujeito que a invoca.

Diante desse quadro, torna-se urgente recuperar uma reflexão crítica sobre os limites da instrumentalização da fé no espaço público. Quando o sagrado é reduzido a ferramenta de legitimação de projetos de poder, perde-se não apenas a dimensão ética que historicamente atravessa as tradições religiosas, mas também a capacidade de produzir encontros e diálogos. Assim, ao final deste percurso, permanece a constatação de que as disputas em torno do sagrado são também disputas pelo sentido do mundo.

Quando a fé é mobilizada para legitimar projetos de dominação, o risco não é apenas político, mas também ético e teológico: perde-se a capacidade de reconhecer no outro não um inimigo a ser derrotado, mas um rosto que interpela e exige responsabilidade. Talvez o maior desafio colocado diante de nós seja justamente este: impedir que o sagrado se torne linguagem de poder e recuperar, no horizonte da religião, a possibilidade de uma fé que não sacralize a violência, mas que permaneça aberta à justiça e à alteridade.

REFERÊNCIAS

ANÉAS, André. **Manual do comportamento político dos evangélicos: quem são os político-fundamentalistas e os político-protestantes?** 1. ed. São Paulo: Editora Recriar, 2024.

ALMEIDA, Abraão de. **Israel, Gogue e o Anticristo**. Rio de Janeiro: CPAD, 1977.

BARBOSA JÚNIOR, Antônio de Oliveira. **A nova reforma apostólica: Um Estudo Acerca Dos Novos Discursos E Práticas Políticas Observadas Entre Os Evangélicos No Brasil (1960 – 2015)**. 2017.

BEZERRA, César Aquino. Valnice Milhomens, suas igrejas e Moçambique: a trajetória de uma apóstola brasileira antes, durante e depois do país africano. **Sacrilegens**, [S. l.], v. 21, n. 1, 2024. DOI: 10.34019/2237-6151.2024.v21.43820.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução: Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2011.

BIOGRAFIA. **Renê Terra Nova**. Disponível em: <https://www.reneterranova.com.br/biografia>. Acesso em: 19 set. 2025.

BISPO Edir Macedo recebe um dos maiores reconhecimentos do Estado de Israel. **Universal.org**, São Paulo, 29 maio 2019. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/bispo-edir-macedo-recebe-um-dos-maiores-reconhecimentos-do-estado-de-israel/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BOLTON, Rodrigo Karmy. Considerações sobre o sionismo. IHU – Instituto Humanitas Unisinos, **Cadernos IHU ideias**, Ano 23, n. 383, São Leopoldo, 2025. Acesso em: 08 ago. 2025.

BONINO, José Míguez. **Rostos do Protestantismo Latino-Americano**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. **Revue Française de Sociologie**, v. 12, n. 3, p. 295–334, 1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1971_num_12_3_1994. Acesso em: 14 de nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Projeto de Lei 4929/2023: cria o Dia Nacional do Perdão – Yom Kippur**. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2395206>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BURITY, Joanildo A. O povo evangélico: construção hegemônica, disputas minoritárias e reação conservadora. **Encartes**, v. 3, n. 6, p. 1-35, 2020. Disponível em: <https://encartes.mx/pt/burity-el-pueblo-evangelico/>. Acesso em: 14 de nov. 2025.

BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (Org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-216.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ficha de tramitação da proposição PL 472/2025: institui, a nível nacional, a definição de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto**. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2484072>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ficha de tramitação da proposição PRC 58/2025**. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2535546>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portal da Câmara dos Deputados – Busca de proposições: “Israel”**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=relevancia&abaEspecificca=true&q=Israel>. Acesso em: 17 nov. 2025.

CENSO 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. **Agência de Notícias**, São Paulo, 06 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 20 set. 2025.

COSTA, Sandson de Souza; SILVA, Francisco Vieira da. Cristofobia, ressentimento religioso e discurso político no X. **Diálogo das Letras**, [S. l.], v. 13, p. e02403, 2024. DOI: 10.22297/2316-17952024v13e02403.

CUNHA, Magali do Nascimento. Política, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 217-244, 2017. DOI: 10.15603/2175-7755/cs.v39n3p217-244.

DELGADO, Malu. Brasil troca mudança de embaixada por escritório comercial em Jerusalém. **Valor Econômico**, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566266/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2025.

EDUCALAR. Educalar — Educação Domiciliar: descubra a alegria da educação domiciliar na perspectiva reformada. Educalar Portal Online Ltda EPP, 2025. Disponível em: <https://educalar.com.br/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

EMBAIXADA CRISTÃ INTERNACIONAL DE JERUSALÉM – BRASIL. Nosso trabalho. Disponível em: <https://www.icejbrasil.org/nossotrabalho>. Acesso em: 13 ago. 2025.

FONSECA, Nathalia. As igrejas que dominam a nova ala evangélica na Câmara. **Agência Pública**, São Paulo, 2 fev. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/02/as-igrejas-que-dominam-a-nova-ala-evangelica-na-camara/>. Acesso em: 02 ago. 2025.

FRESTON, Paul. Politics and Religion in Brazil and the Americas: Evangelical Churches and their Relations with Judaism, Zionism, Israel and the Jewish Communities. Apresentação de Palestra. **Congresso na Universidade de Haifa**, Haifa 13-15 de janeiro, 2020.

FROSSARD, Marília S. **Caminhando por terras bíblicas**: religião, turismo e consumo nas caravanas evangélicas brasileiras para a Terra Santa. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1032>. Acesso em: 12 set. 2025.

G1. Após cogitar transferir embaixada, Bolsonaro anuncia escritório diplomático em Jerusalém. G1 — Globo, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/31/apos-cogitar-transferir-embaixada-bolsonaro-anuncia-escritorio-diplomatico-em-jerusalem.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GHERMAN, Michel. **O não judeu judeu**: a identidade judaica a partir do antissionismo. São Paulo: Fósforo, 2022.

GIRARD, René. Violence and the Sacred. Tradução de Patrick Gregory. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

GÓIS, Breno. Por que grupos neopentecostais brasileiros defendem expansão territorial de Israel. *Brasil de Fato*, 19 out. 2023. Online. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/19/por-que-grupos-neopentecostais-brasileiros-defendem-expansao-territorial-de-israel/> Acesso em: 10 ago. 2025.

GONÇALVES, Alonso. **Teologia protestante das religiões**: uma proposta teológica em perspectiva latino-americana. 1. ed. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

LÍDERES evangélicos se encontram com novo embaixador de Israel, em Brasília. **Guiame**, São Paulo, 6 set. 2018. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/israel/lideres-evangelicos-se-encontram-com-novo-embaixador-de-israel-em-brasilia.html>. Acesso em: 19 set. 2025.

HARTMANN, Arturo; ROSSI, Shamira. Entre a Cruz e a Estrela de David: O papel dos senadores da Frente Parlamentar Evangélica no contexto do sionismo cristão no Brasil no pós-7 de outubro de 2023. *Revista Tlatelolco*, vol. 3, n. 1, p. , julho-dez. 2024. Disponível em: https://puedjs.unam.mx/revista_tlatelolco/entre-a-cruz-e-a-estrela-de-david-o-papel-dos-

senadores-da-frente-parlamentar-evangelica-no-contexto-do-sionismo-cristao-no-brasil-nos-pos-7-de-outubro-de-2023/. Acesso em: 18 nov. 2025.

HOMESCHOOL ADVENTISTA. *Material Pedagógico – Homeschool Adventista*. Homeschool Adventista, 2025. Disponível em: <https://homeschooladventista.com.br/material-pedagogico/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

IEB. Maioria de evangélicos em SP não quer apoio a guerras de Israel, diz Datafolha. *IEB.org.br*, 21 jul. 2024. Online. Disponível em: <https://ieb.org.br/maioria-de-evangelicos-em-sp-nao-quer-apoio-a-guerras-de-israel-diz-datafolha/>. Acesso em: 22 out. 2025.

JB. Malafaia diz que agenda pró-Israel assegura apoio de evangélicos a Bolsonaro. *JB*, 30 dez. 2018. Online. Disponível em: <https://www.jb.com.br/internacional/2018/12/969055-malafaia-diz-que-agenda-pro-israel-assegura-apoio-de-evangelicos-a-bolsonaro.html>. Acesso em: 20 out. 2025.

MACHADO, Leandro. As caravanas de evangélicos brasileiros que movimentam turismo de Israel. *Terra*, 3 abr. 2019. Online. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/as-caravanas-de-evangelicos-brasileiros-que-movimentam-turismo-de-israel,863f2ccf4b231c9a06b0acecba18693cnpkn1v6t.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto; Carranza, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Religião & Sociedade*, 42(2), p. 225–248, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-85872022v42n2cap10>. Acesso em: 10 de Ago. 2025

MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto. O sionismo cristão no Brasil do século XXI e os interesses em jogo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais e Religião*, v. 25, 2023. Acesso em: 10 de Ago. 2025

MARSHALL, Gordon (Org.). **The concise Oxford dictionary of sociology**. Tradução nossa. Oxford: Oxford University Press, 1994.

MAYNARD, Cândido Luiz Santos. **O dispensacionalismo e a utilização de símbolos judaicos nos cultos evangélicos**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MCFARLAND, Ian A.; FERGUSON, David A. S.; KILBY, Karen; TORRANCE, Iain R. (eds.). **The Cambridge Dictionary of Christian Theology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MELO, Sydnei. Pelo centro, contra a esquerda: evangélicos, economia e política nos debates da Constituinte (1987-1988). *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 33, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/8RGdQdgxkWq7KszQczKGBvb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2025.

MENOS da metade dos parlamentares da Frente Evangélica no Congresso são evangélicos. **ISER – Instituto de Estudos da Religião**, Religião e Poder, Rio de Janeiro, 26 out. 2020. Disponível em: <https://iser.org.br/noticia/menos-da-metade-dos-parlamentares-da-frente-evangelica-no-congresso-sao-evangelicos/>. Acesso em: 03/03/2026.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola sem Partido”**: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. 2016. 188 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MINISTÉRIO Chamada. Disponível em: <https://chamada.com.br/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

NOSSA razão. *ICEJ org*, São Paulo. Disponível em: <https://www.icej.org/pt/nossa-razao/>. Acesso em: 09 set. 2025.

OLIVEIRA, J. C. G. de .; Freire Junior, J. A presença dos evangélicos no cenário político brasileiro. **Reflexão**, 47, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24220/2447-6803v47e2022a5746>.

RAMALHO, Matheus Rodrigues. **De crente não se mistura com política a irmão vota em irmão – formação e cultura política da bancada evangélica (1986–1988)**. 2024. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

RAHEB, Mitri. **Decolonizing Palestine**: The Land, the People, the Bible. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2023.

REINKE, André Daniel. A função do imaginário no sionismo cristão brasileiro. **Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 25, 2024.

REINKE, André Daniel. **Paixão por Israel**: judaização, sionismo cristão e outras ambiguidades evangélicas. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2025.

REIS, Livia et al (Orgs.). **Dicionário para entender o campo religioso**. Volume 1. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2023. Acesso em: 08 de Ago. 2025

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SAND, Shlomo. **A invenção da Terra de Israel**: da Terra Santa à Terra Pátria. São Paulo: Benvirá, 2014.

SCOLA, Jorge. Estados bíblicos: circulação e acionamento de produções audiovisuais bíblicas em contextos estatais no Brasil recente. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 67, set./dez. 2023. DOI: 10.1590/1806-9983e670602.

SIEPIERSKI, Paulo Donizéti. Pós-Pentecostalismo e política no Brasil. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 37, n. 1, p. 47-61, 1997.

SILVA, Jairo Rivaldo da. **Homeschooling, guerra cultural e teologia do domínio**: as raízes fundamentalistas da educação domiciliar e sua recepção pelos protestantes no Brasil. 2025. Tese (Doutorado) — Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2025.

SOUZA, Magno Paganelli de. **A história recente do turismo religioso brasileiro e seu papel no conflito Israel-Palestina**. 2018. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em História

Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TERRA NOVA, Renê (@reneterranovaoficial). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/reneterranovaoficial/>. Acesso em: 19 set. 2025.

UNIVERSAL. Bispo Edir Macedo recebe um dos maiores reconhecimentos do Estado de Israel. *Universal.org*, 29 mai. 2019. Online. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/bispo-edir-macedo-recebe-um-dos-maiores-reconhecimentos-do-estado-de-israel/> Acesso em: 12 set. 2025.

UNIVERSAL. Notícias – Caravana Casamento Blindado. *Universal.org*, s.d. Online. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/?s=caravana%20casamento%20blindado>. Acesso em: 12 set. 2025.

VITAL, Christina. Significado do termo “neopentecostalismo”. **Observatório Evangélico**, São Paulo, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.observatorioevangelico.org/significado-do-termo-neopentecostalismo/>. Acesso em: 1 mar. 2026.

XAVIER, Donizete. Teologia do domínio: a influência religiosa e o perigo da imagem do caos. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 54, n. 1, p. 1–11, 2024.